



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/08/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Manifestação do público
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Bom dia a todos.

Na qualidade de Presidente da Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; declaro abertos os trabalhos da 44ª Audiência Pública no ano de 2023. Estão presentes os Srs. Vereadores Arselino Tatto, de forma *on-line*; Rodrigo Goulart, Silvia da Bancada Feminista e Sansão Pereira.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 17 de agosto no *Diário Oficial da Cidade*; dia 07, no jornal *O Estado de S.Paulo*; e dia 18 de abril no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual) e também podem ser feitas neste momento junto à secretaria da Comissão, à nossa esquerda.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil; Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado pelo Subsecretário da Receita Municipal, Thiago Rubio Salvioni; e Edsom Ortega, Secretário Executivo de Projetos Estratégicos (SEPE/SGM); os Srs. Vereadores da Câmara Municipal e o público em geral.

Registro também e agradeço a presença da Sra. Denise Soares Ramos, a Kiki, Chefe de Gabinete da Casa Civil.

Passemos à leitura da pauta. Esta é a 1ª audiência pública ao PL 448/2023, do Executivo, que dispõe sobre a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – dos imóveis que especifica.

Desde já quero agradecer, na pessoa do Sr. Fabricio Cobra, a presença de todos os membros do Executivo que vieram à Câmara enriquecer um projeto importantíssimo para a cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Secretário Fabricio Cobra Arbex.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Bom dia a todos, a todas. Quero agradecer ao Vereador Rubinho, Presidente desta Comissão; Vereadores Sansão, Rodrigo Goulart e Vereadora Silvia; Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, que está presente de forma *on-line*; agradeço a todos os presentes e quero apenas trazer uma mensagem do Prefeito Ricardo Nunes.

Estão presentes da equipe da Prefeitura os Srs. Edsom Ortega, Secretário Executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias, que cuida hoje de todo o monitoramento do fluxo das ações específicas com relação a área social e saúde, faz a interlocução de várias áreas da Prefeitura; o Sr. Thiago Rubio Salvioni, Subsecretário da Fazenda; a Sra. Denise Soares Ramos, Chefe de Gabinete da Casa Civil; e outros integrantes do Governo.

Todos nós vimos a repercussão que este projeto de lei tem trazido e a mensagem que o Prefeito tem dado é que o projeto de lei é um gesto de solidariedade a tudo o que tem acontecido nessa região. O Prefeito Ricardo Nunes, junto ao Governador Tarcísio, tem falado muito sobre esse tema.

A Prefeitura e o Governo do Estado estão enfrentando e continuarão nesse enfrentamento, visto que este projeto de lei não é a solução, mas apenas um gesto de solidariedade a essas pessoas, residentes e comerciantes, que sofrem com esse fluxo. É um enfrentamento que a Prefeitura, junto ao Governo do Estado, tem feito em relação a essas pessoas. De um lado, no tratamento das pessoas que estão no uso em áreas abertas, tratamento de saúde e de assistência social; e, do outro lado, no combate ao tráfico de drogas.

Lembrando que há outro projeto de lei, do Triângulo, que aumenta o perímetro para o Quadrilátero, onde nós tratamos de alguns incentivos como forma de reurbanização e requalificação do Centro de São Paulo.

Então, para deixar claro o objeto dos dois projetos de lei e, em seguida, o Thiago e o Ortega vão falar como este projeto foi construído, para que possamos ouvir a sociedade presente, moradores e comerciantes da região, que vieram para trazer a visão deles sobre o

assunto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Secretário Fabricio Cobra.

Convido o Sr. Thiago Rubio Salvioni para que faça a apresentação do projeto pelo Executivo.

**O SR. THIAGO RUBIO SALVIONI** – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, os Vereadores que estão participando desta reunião presencial e virtualmente; a população presente no auditório.

Já vou começar pedindo a exibição do mapa, se possível, para a gente conversar olhando efetivamente para o perímetro. Foram selecionados alguns trechos pela Secretaria de Projetos Estratégicos, perímetros que foram prejudicados pela situação da cracolândia, e a Secretaria da Fazenda teve a incumbência de listar os imóveis que fazem parte desse perímetro.

Para esclarecer isso, eu achei interessante a gente trazer em imagem como fica o perímetro hoje previsto na lei e quais são os imóveis incluídos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. THIAGO RUBIO SALVIONI** – Essa é a imagem ampla. Eu vou fazer, no próximo *slide*, um recorte mais aproximado de cada um desses três trechos. Esse é o trecho que vai da Rua Guaianazes, na esquina com a Rua Aurora, até a esquina com a Rua Vitória; da Rua Conselheiro Nébias, esquina com a Rua dos Gusmões, até a esquina com a Rua Vitória; e o trecho da Rua Vitória, que é esquina com a Rua Guaianazes, até a esquina com a Conselheiro Nébias.

Nesse trecho, a gente já consegue ver, em roxo, as ruas que estão no perímetro; e esses quadradinhos são os lotes, os imóveis que foram destacados a partir desse perímetro que nos foi encaminhado.

Eu gostaria de chamar a atenção para essa imagem, uma vez que a gente tem percebido, pelos meios de comunicação, algumas alegações de que a Prefeitura incluiu imóveis que estão fora desse perímetro. Por isso, a gente quis mostrar para vocês qual foi o critério que

a Prefeitura usou na hora de selecionar os imóveis que estavam nesses trechos.

A maior parte das dúvidas estavam justamente nos imóveis de esquina. Como a gente pode ver ali no canto superior esquerdo, em que pese a esquina da rua terminar na interseção, a Secretaria da Fazenda incluiu os imóveis que estão nas quatro esquinas dessa figura. Então, todos esses imóveis pintados de verde são imóveis que, ou eles estão na mesma esquina onde o perímetro chegou – às vezes, do outro lado da rua; mas ainda numa das quatro esquinas – ou então são imóveis que podem não ter a sua frente nessa rua que está no perímetro, em roxo, mas que têm outra entrada ou que faz fundos com a rua.

Na interpretação da Prefeitura, é interessante que esses imóveis também sejam incluídos no perímetro, uma vez que eles também são prejudicados. Então, em relação ao perímetro encaminhado pela Secretaria de Governo, foi a interpretação mais expansiva possível do ponto de vista de inclusão de imóveis.

Os imóveis em vermelho – nessa fotografia, só tem um – são imóveis que estão sendo classificados como imóveis que não estão cumprindo com a função social da propriedade, ou seja, eles estão no chamado IPTU progressivo. E a lei do IPTU progressivo diz expressamente que não pode haver nenhum benefício fiscal para esses imóveis.

Esse é o segundo trecho, que vai da Rua dos Gusmões, da esquina com a Rua Santa Ifigênia até a Rio Branco. É um trecho de praticamente uma quadra, onde a gente vê que há um imóvel com IPTU progressivo que foi excluído do benefício; e, lá atrás, na esquina com Santa Ifigênia, seguindo o mesmo critério, nós selecionamos os quatro imóveis referentes às quatro esquinas da Rua dos Gusmões com a Santa Ifigênia.

Por fim, o perímetro que vai da Rua dos Protestantes, desde a esquina da Rua dos Gusmões até a esquina com a Rua Vitória; e o trecho que vai da Rua General Couto de Magalhães, da esquina da Rua Aurora até a esquina com a Rua Vitória.

Uma matéria do *Metrópole*, desta semana, criticava imóveis que, em tese, teriam sido incluídos indevidamente, mas não foram, porque são imóveis que estão nas mesmas esquinas, ou que fazem fundos ou lateral para as ruas do perímetro. Também criticaram dizendo que o

Condomínio Luz não estava incluído nesse perímetro, mas eu só queria deixar claro que aquele imóvel lá em cima, aquela pontinha verde, que é uma quadra inteira, é o Condomínio Luz, que já havia sido incluído desde a primeira versão dos estudos feitos pela Prefeitura.

Portanto, Sr. Presidente, quis fazer essas considerações em relação aos pontos que a gente tem observado que têm gerado mais críticas em relação ao projeto até o momento. Fico à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Thiago.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Sr. Presidente, vou precisar me retirar da reunião, vou acompanhar de forma virtual, mas gostaria de fazer uma breve fala nessa fase inicial da reunião, cumprimentar os membros do Executivo, na pessoa do Secretário Fabricio, pela propositura do projeto, assim como tantos outros que já foram feitos pelo Prefeito Ricardo Nunes em favor ao Centro, as séries de incentivos e de medidas para que a gente possa retomar a vitalidade que o Centro tinha há alguns anos.

Cumprimento também representantes da sociedade civil que estão presentes. É muito importante, num momento como este, escutar qual a visão e quais as propostas também da sociedade civil, para que a gente possa fazer o aprimoramento deste e de todos os projetos, não só do Executivo, mas também do Legislativo, que têm sido apresentados nesta Casa, à discussão e à exaustão.

Em todos os momentos, a gente tem feito reuniões com participações democráticas. A prova disso é a participação desse time do Executivo presente, que tem um trabalho muito importante, chamado Todos pelo Centro a marca que foi feita pela gestão pensando nisso: desde os bens tombados às medidas de segurança, que inclusive o Executivo Municipal tem feito, embora seja um papel do Executivo Estadual, o Prefeito Ricardo Nunes, com toda sua força

também de segurança, tem feito; Mas é muito importante que a gente tome também essas iniciativas de incentivo, não apenas neste projeto, mas também no projeto da expansão do Triângulo SP para o Quadrilátero.

Portanto, a gente precisa, sim, discutir com a sociedade essas medidas para aprimorar o texto original. Inclusive, a gente já fez alguns apontamentos, como o Secretário Fabricio sabe, e certamente este importante projeto será mais aprimorado ainda com a participação da sociedade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Eu gostaria de perguntar ao Secretário-Adjunto da Fazenda, o Sr. Thiago.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Vereadora, se me permite, as apresentações não acabaram. O Sr. Edsom Ortega também vai apresentar. Então, se V.Exa. permitir, eu gostaria de pedir ao Sr. Edsom Ortega que faça a sua apresentação e, posteriormente, passaremos às perguntas.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Ok. É que a minha pergunta tem a ver com a apresentação do Sr. Thiago.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Talvez ela seja complementada pela apresentação do Sr. Edsom. Acho que fica até mais fácil para a elaboração da pergunta.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Ok. Tudo bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Agradeço, Vereadora. Tem a palavra o Sr. Edsom Ortega.

**O SR. EDSOM ORTEGA** – Bom dia a todos. Na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento os demais Vereadores e Vereadora. Quero cumprimentar meus colegas da

Prefeitura.

Senhoras e senhores, queria acrescentar o que o meu colega falou sobre o critério para definir os trechos mais atingidos por essa situação de pessoas usuárias de drogas. Foram consideradas as imagens feitas pela Secretaria de Segurança Urbana, pelo Dronopol, no período de janeiro a julho deste ano, que identificaram cem ou mais pessoas durante 15 dias, consecutivos ou não; pelo menos 15 dias, no mesmo local. Esse foi o critério utilizado.

A partir desse critério, a Secretaria da Fazenda identificou os imóveis atingidos por esse critério. E os trechos apontados pela Secretaria de Segurança Urbana, através das imagens detectadas pelo *drone* da Guarda; portanto, imagens oficiais, passíveis de serem comprovadas, foi definido esse critério de incomodidade.

Quero reforçar o que disse o Secretário Fabricio: que a iniciativa deste projeto de lei soma-se a outras iniciativas da Prefeitura para tratar esse grave problema que todos enfrentamos, sobretudo a população que vive naquela região, que trabalha, que mora ou que transita naquela região, que sobre mais do que ninguém.

A Prefeitura tem estado atenta, vocês são testemunhas dos avanços em relação a trechos da região de Campos Elíseos, na Conselheiro Nébias, por exemplo; na Rua Vitória, por exemplo. Tenho certeza de que vamos avançar ainda mais com o trabalho da Prefeitura junto ao Governo do Estado, junto ao Ministério Público, junto ao Judiciário. É fundamental que esses entes estejam cada vez mais próximos do Poder Executivo.

Nessa parceria de Município com Governo do Estado, estamos trabalhando para que, de um lado, a população tenha direito à paz e tranquilidade para viver e trabalhar naquelas regiões; e, do outro lado, as pessoas que estão em situação de drogadição, de dependência química, possam acessar as alternativas de atendimento de saúde, alternativas de encaminhamento à assistência social, a trabalho e renda.

Nós temos profissionais da saúde, da assistência social, que trabalham todos os dias da semana nas ruas. Não se consegue tirar uma foto daquela região sem que apareça na foto um agente da saúde ou da assistência social. Isso faz parte do esforço da Prefeitura no sentido



de oferecer o atendimento que essas pessoas precisam. Como vocês sabem, nós não podemos encaminhá-las contra a vontade delas, por isso é muito importante que haja um entendimento com outros setores, além do Poder Executivo, como o Ministério Público o Poder Judiciário, para podermos avançar.

É preciso também aprimorar a legislação, de modo que os agentes públicos tenham maior respaldo para atuarem combatendo a criminalidade, como vem sendo feito pelas polícias estaduais, Polícia Civil e Polícia Militar, com o apoio da Guarda Civil Metropolitana.

Essas são as minhas contribuições, por ora, para lidar com esse grave problema que estamos enfrentando.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Edsom, pela apresentação.

Tem a palavra a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – A minha pergunta é exatamente sobre a questão dos critérios.

Como o fluxo é itinerante, eu acredito que há mais prédios, mais imóveis, que sofrem com a questão do fluxo da cracolândia e que não estão contemplados por essa isenção do IPTU. A gente sabe de moradores de lugares que não estão contemplados pela isenção do IPTU e que já tiveram o fluxo na porta das suas residências. Então, considerando a questão da justiça fiscal, esse critério das imagens não está justo.

Não estou dizendo que vamos resolver o problema da cracolândia com essa medida de isenção fiscal, porque é um problema muito mais complexo. Trata-se de uma resposta fiscal para um problema social e de saúde pública; mas, se tratando da questão de isenção de imposto, existem outras ruas e outros imóveis onde está presente o fluxo de dependentes químicos e que deveriam estar contemplados também. Portanto, eu acho que somente o critério das imagens que está sendo utilizado é insuficiente.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Silvia.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra o nobre Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores presentes, nossa amiga Silvia da Bancada; Secretário Fabricio Cobra e todos os do Executivo, todos aqueles que nos acompanham de maneira virtual, os moradores, os empresários, os comerciantes, as ONGs; e aqueles que, presencialmente, também nos acompanham.

Eu quero expressar o nosso total apoio às medidas do Prefeito Ricardo Nunes e afirmar que os nossos esforços em aperfeiçoar este Projeto de Lei 448/2023, que já foi aprovado em primeira votação, são esforços conjuntos que visam não somente revitalizar o Centro, mas também proteger os moradores e os comerciantes, além daqueles que enfrentam a realidade da dependência química.

Eu quero aproveitar, Presidente Rubinho Nunes, para dizer que eu também tenho uma emenda incluindo duas ruas, porque moradores nos procuraram. É a Alameda Dino Bueno, 44, esquina com a Praça Júlio Prestes e Alameda Barão de Piracicaba. Eu já tenho 22 assinaturas; inclusive, a do senhor também, obrigado; do Presidente desta Casa e de diversos Vereadores. Eu já vou inclusive protocolar.

Era somente isso. Muito obrigado.

Bom dia a todos e uma ótima audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Vereador Sansão.

Pergunto à Comissão se nós temos inscritos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Passemos aos inscritos.

Lembro que o tempo regimental de fala é de três minutos para cada orador.

Iniciamos com Cyro Luiz de Oliveira, assessor da Vereadora Sandra Tadeu.

**O SR. CYRO LUIZ DE OLIVEIRA** – Eu estou aqui em nome da Vereadora, que não

pôde comparecer. Mas já fizemos uma análise do projeto e achamos que o projeto pode evoluir, ser aperfeiçoado, em relação, principalmente, aos critérios de identificação dos imóveis afetados.

Eu acho que essa questão da afetação não é uma questão dicotômica – o imóvel é afetado ou não é. A questão é o grau com que ele é afetado. Existem os imóveis que são diretamente afetados, que são talvez esses que vocês identificaram e mais alguns; e os outros que são indiretamente afetados.

A nossa proposta seria uma gradação. Se você tem isenção para esses imóveis diretamente afetados, e você vai num raio, que estabeleceríamos; e, conforme vai afastando, vai diminuindo esse desconto. Então, seria uma proposta de gradação de zero até 100% no desconto, pegando toda a região afetada. Isso dependeria de um maior estudo. Essa é a nossa preocupação, para evitar o critério “coloque esse imóvel”, “tire esse imóvel”. Teríamos um raio, um critério bem genérico, e evitaríamos imóveis pontuais; sairíamos dessa pontualidade e ter realmente uma região, como se fosse uma gradação de cor. A região mais escura, que seria a isenção; e essa isenção vai diminuindo a partir do afastamento da região.

Outra questão levantada é a dos imóveis com IPTU progressivo.

A situação desses imóveis situados nessa região deve ser revista porque tem muitos imóveis que estão lançados com IPTU progressivo exatamente pelo efeito da cracolândia. E caberia uma revisão de todos esses imóveis que estão nesse perímetro afetado.

Seria basicamente isso.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Cyro.

Passemos ao segundo inscrito, o Sr. Saul Nahmias, Presidente do Conseg Bom Retiro.

**O SR. SAUL NAHMIAIS** – Bom dia todos.

Cumprimento as autoridades presentes. Obrigado por mais uma audiência pública, porque a população, o comércio e todo o empreendedorismo precisam ser escutados também.

Essa ideia foi uma primeira iniciativa boa, mas ela tem que ser expandida, e eu diria que até para toda a região da Subprefeitura Sé, para o centro mesmo. Eu não digo, talvez, uma

isenção total, mas, pelo menos, um desconto, porque realmente o comércio e os imóveis foram desvalorizados; o comércio teve muita perda, e continua. Então, temos problemas não somente da violência, em decorrência das várias questões, como o espalhamento da cracolândia, mas também da sujeira que é feita diariamente, que todo mundo já testemunhou. Os sacos de lixo são totalmente destruídos. Então, é importante uma política para o centro que pelo menos compense essas perdas que está havendo esse tempo todo. E, claro, o ideal é que o problema seja efetivamente resolvido. Desconto é uma forma de compensar, mas não é uma forma de resolver. E continuamos cobrando a resolução desses problemas.

Em nome do Conseg Bom Retiro, apoiamos “todo o centro” em relação a esses problemas. Achamos boa essa iniciativa, mas acho que tem que ser bem mais expandida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Saul.

Agradeço as contribuições.

Tem a palavra a Sra. Karen Vasconcelos, moradora. (Pausa) Depois. Tá ok.

Tem a palavra o Sr. José Renato Bonventi, empresário da região.

**O SR. JOSÉ RENATO BONVENTI** – Bom dia a todos, nobres Vereadores.

Há 25 anos, somos proprietários do prédio do Mappin – onde funcionava o Mappin da São João, o antigo Mappin, tão famoso. E montamos lá um shopping de motocicleta de primeiro mundo, um shopping que é referência no mundo inteiro, contra tudo e contra todos. Quando todos diziam que não iria dar certo, nós conseguimos. É um *case*.

Chegamos a ter 60 lojas na região, na Barão de Limeira, com duas mil pessoas circulando aos sábados. E, hoje, por causa desses assuntos todos, estamos ali com 30 lojas e quase morrendo. Aliás, não sei como ainda não morremos.

Ficamos em frente a cracolândia durante um ano; em 2010, também houve a cracolândia. E nós ficamos completamente desamparados. E hoje eu tenho dois sentimentos: esse, de desamparado; porém, de esperança, graças a vocês.

Quando se fala em cracolândia, “não, aqueles coitados”, realmente, são coitados,

peças moribundas, peças que merecem todo o respeito, merecem ser cuidadas – apesar de eu achar que não são necessariamente vítimas da sociedade, são peças que estão por lá por algum motivo. Mas ninguém nunca falou da gente, nunca se preocuparam com os empresários, os moradores, com as peças que trabalham, com os empregos que foram embora. E pela primeira vez eu sinto isso.

Então, agradeço demais, primeiro, o respeito que vocês estão tendo por nós.

Eu sei que muita gente vai falar que o projeto está incompleto – eu também acho, e me coloco à disposição para, junto com a comissão, debater. Aliás, tem várias lideranças importantes que vão falar depois de mim e vão explicar um pouco do que eles acham que nós precisamos para o centro – um projeto mais amplo; talvez, com escalonamento de isenção. Não é justo que eu tenha, por exemplo, 100% de isenção, e uma loja na frente tenha 0%. Quer dizer, vamos lutar em condições de desigualdade. Porém, é um começo.

Eu me coloco à disposição. Se não eu, mas outras peças, outras lideranças, devem participar desse debate junto com vocês. Mas eu queria citar três exemplos, do mundo inteiro, de centros que estavam completamente deteriorados e que foram revitalizados.

Hoje, comprar um apartamento no centro é mais barato do que em Paraisópolis. Isso não faz sentido. A nossa malha viária hoje é excepcional. A pessoa consegue pegar um metrô, um ônibus, qualquer coisa no centro, e chega em qualquer lugar em menos de uma hora dentro da Grande São Paulo. Mas eu vou citar alguns exemplos recentes.

Primeiro, o exemplo de Miami: a Brickell, que estava completamente invadida. Quem frequenta Miami – meus irmãos moravam lá; agora, voltaram para cá. Mas durante muito tempo ficou completamente deteriorado o centro de Miami. E aí revitalizaram. A Brickell, hoje, é uma maravilha. O centro em Miami mudou, tem outra cara. Quem tiver a oportunidade de conhecer vai notar isso.

E outros dois exemplos bem recentes.

Alguém já ouviu falar em Wynwood, em Miami? O Wynwood era um bairro completamente deteriorado, onde artistas começaram a fazer grafite, etc., pinturas, e, hoje,

o Wynwood é um dos bairros mais caros de Miami. Tem shoppings monumentais, caríssimos. Enfim, com turismo à vontade, restaurantes. Aí vai tudo.

O outro exemplo é High Line, em Nova York, um bairro novo. Era uma estação de trem abandonada, deteriorada. E os empresários, pessoas da região, começaram a se mobilizar, junto com a Prefeitura, e fizeram uma passarela, em moldes que poderiam estudar para fazer também no nosso Minhocão. Fizeram em High Line um acontecimento. Hoje, é um entretenimento, as pessoas vão para se divertir, comer, se entreter, etc.

Eu acho que a melhor forma de se combater a pobreza é levando riqueza. Dessa forma, vocês possibilitando ao empresário se reorganizar, dando condição de o empresário ter um pouco de saúde financeira, vocês não vão se arrepender, porque, lá na frente, em médio prazo, o IPTU que nós vamos pagar, e toda a riqueza que nós vamos gerar, é muito maior do que vocês estão nos ajudando agora.

---

Muito obrigado e bom dia para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. José Renato.

Eu não poderia concordar mais com a sua fala.

Tem a palavra o Sr. Fábio Redondo Negreira, Vice-Presidente do Pró-Centro.

**O SR. FÁBIO REDONDO NEGREIRA** – Bom dia a todos.

Eu sou Fábio Redondo, Vice-Presidente do Pró-Centro.

Temos atuado em conjunto com a Prefeitura. Sabemos dos esforços que tem sido feitos em relação à cracolândia. Temos sido bastante escutados. Então, o ponto comum é que nós gostaríamos de um encaminhamento para essa situação da cracolândia, para que não afetasse mais ninguém.

Infelizmente, a realidade não é essa. E não foi a realidade dos últimos anos. Não somente os pontos que foram recolocados, mas o entorno sempre foi muito afetado. As pessoas não conseguem chegar nos locais, seja na rua das motos, Santa Ifigênia, nesse local, nesse perímetro onde eles estão, tem 12 hotéis; mais ou menos, uns mil apartamentos; e tem mais ou menos umas 200 pessoas empregadas diretamente. Os clientes, quando olham uma

cracolândia, eles desistem da reserva na hora e vão embora. Nós sofremos bastante isso; continuamos sofrendo, seja na Rio Branco, seja em qualquer ponto. A pessoa chega, passa pela cracolândia, passa no hotel e fala: “Eu estou cancelando a reserva e estou indo embora”.

Então, mitigar um pouco esses prejuízos que todo mundo teve – porque na rua das motos caiu o movimento; na Sandra Ifigênia, caiu o movimento; e para todos os comerciantes da região.

Entendemos que o ponto que esteve parado merece todo desconto, mas entendemos que no entorno é necessário também. E o entorno que eu entendo seria São João, Triunfo, Duque de Caxias e Ipiranga. Todo mundo que está dentro, de alguma forma, foi afetado. Tem cenas fáceis de pegar na internet – a farmácia que foi saqueada; o mercadinho da São João que foi saqueado; cenas de fogo, que o pessoal botou fogo na Gusmões. Então, de alguma forma, tem que ter uma progressividade, seja todo esse entorno ter um benefício que talvez não precise ser os dois anos, mas, de alguma forma, algum benefício. Não digo benefício, na verdade, mas, pelo menos, mitigação dos prejuízos que tivemos, assim como os moradores, que foram impedidos de chegar às suas casas, foram roubados. Os meus funcionários foram roubados também, como de diversos comerciantes. Então, o que pedimos é um mínimo de ressarcimento.

Apesar de acharmos que esse programa da cracolândia precisa ter uma solução definitiva, na qual todos consigam chegar a um consenso – Prefeitura, governo, judiciário, leis – , porque essa situação não é cabível. Essas pessoas estão doentes, precisam de tratamento imediato, porque elas são escravas do tráfico. Elas fazem qualquer coisa que o tráfico manda, como já vimos várias vezes, quando as ações da Prefeitura, ou do governo, chegam mais fortes, eles estouram, saqueiam, queimam, destroem. Eles estão doentes, precisam de tratamento, mas eles não podem se tornar criminosos por causa disso.

Damos todo o apoio para essa ação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra o Sr. Antônio de Souza

Neto, membro do Pró-Centro.

**O SR. ANTÔNIO DE SOUZA NETO** – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, é uma alegria estar participando nesse momento dessa aproximação do Executivo com o Legislativo, dessa forma empática com que estão olhando o sofrimento das pessoas que estão vivendo no dia a dia, no fluxo, que aquilo é terrível, é assustador. Para quem sofre o dia a dia ali, é terrível. Então, essa junção é fantástica. Vivemos um momento histórico na cidade de São Paulo que nunca aconteceu. Nunca a população esteve tão próxima do Poder Público, seja ele o Executivo, o Legislativo, principalmente. É uma aproximação fantástica pela qual nós temos que agradecer. E sabemos perfeitamente que nós vamos sair daqui com soluções. Apesar de alguém, alguns, não serem premiados com essa isenção – como o nosso caso, lá embaixo, no Largo do Paissandu; apesar que também nós fomos e somos muito prejudicados com esse movimento todo também; no entorno da Galeria do Rock, com certeza, estamos sendo prejudicados. Mas temos que compreender que o problema maior está naquele entorno, e não podemos ser gananciosos, e, em algum momento, querer até ter privilégio em função de uma desgraça. Gente, quem está vivendo lá vive de uma desgraça atroz, que ninguém merece. Sociedade nenhuma merece essa atrocidade da forma como eles estão vivendo. Agora, isso é culpa de quê? Do Estado. O Estado foi moroso nos processos. Isso tudo acabou chegando a essa situação, que temos que reverter. E vamos reverter. Essa isenção é, na verdade, simplesmente, uma maneira de os governos contribuírem para que amenize essa dor, esse sofrimento. Mas, com certeza, o entorno todo vai ganhar; nós vamos ganhar. E vamos seguir em frente.

Só uma reservazinha: eu também conheço a High Line.

A High Line é totalmente diferente do Minhocão. Gente, o Minhocão é outra história. A frequência de veículos que passam por lá é muito grande.

Eu pediria somente que, antes de qualquer medida de retirar movimentação do Minhocão, deixasse 15 dias sem essa movimentação para sentirmos primeiro essa coisa.

Gente, muito obrigado. Sucesso para nós. Somos vitoriosos nesse processo.



Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra o Sr. Francisco Antônio Camurça.

**O SR. FRANCISCO ANTÔNIO CAMURÇA** – Bom dia a todos.

Eu queria, primeiro, me solidarizar com os moradores e comerciantes lá do nosso querido centro, que eu conheço desde os 12 anos, desde quando eu fazia hobby de eletrônica; depois, me tornei técnico em eletrônica. Ia sempre à rua Santa Ifigênia desde criança. E quando eu passo lá fico muito triste de ver as lojas fechadas, muitos comércios. E aquelas pessoas lá naquele entorno.

Hoje, os moradores vivem um problema que foi batizado como cracolândia, que existe há décadas, não é de hoje. E esse problema vem crescendo a cada dia, a cada ano. E cada mandato vai tentando dar a melhor solução possível. Mas, até agora, não encontramos uma solução perfeita.

Eu vejo que a isenção de IPTU não é uma solução – como já foi dito pela Mesa, pelo Poder Executivo. Realmente não é uma solução. E eu vejo que outros bairros da nossa cidade têm enfrentado esse problema. Temos moradores de rua na Cruzeiro do Sul, em Santana, Zona Norte; temos na Direitos Humanos, ali no Mandaqui. E esse número está crescendo a cada dia mais.

Temos que procurar uma solução para que as pessoas que estão na rua consigam encontrar as suas famílias, consigam encontrar um rumo. As pessoas que estão na cracolândia são pessoas que estão doentes, realmente, precisam de tratamento, precisam encontrar um caminho. O Poder Executivo, junto com o Legislativo, precisa encontrar uma solução para que essas pessoas voltem para a sua família, porque elas têm família. Muita gente que está lá tem pai, tem mãe, tem família. E sofrem. Muitas famílias são destruídas por esse momento que estamos passando.

Eu vejo que a isenção de IPTU vai causar outro problema, porque outros bairros vão querer também. Outras ruas do centro, não todas, vão achar injustificado e vão querer isenção.

Então, o Poder Executivo vai acabar arrumando outro problema. Temos problema lá na Zona Norte com morador de rua, e vão também querer. Então, temos, sim, juntos, Poder Legislativo e Executivo, procurar uma solução melhor.

Tirar as pessoas de lá não é varrer como lixo que se tira de um lugar para outro, porque aquelas pessoas não são lixo, elas precisam de cuidado, precisam encontrar um rumo, voltar às suas famílias, ter a sua vida normal de novo e retornar à sociedade. E isenção de IPTU não é isso, não vai trazer a solução.

Eu quero agradecer por poder expressar a minha voz, dar a minha opinião.

Estou à disposição para contribuir para qualquer solução que seja possível para resolver esse problema que temos hoje no centro e que, futuramente, vai ser de toda a nossa cidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Francisco.

Convido agora o Sr. Marcelo Magnani, presidente da Associação dos Proprietários de Imóveis Tombados.

Estão encerradas as inscrições.

**O SR. MARCELO GODOY MAGNANI** – Bom dia a todos.

Eu sou o Marcelo.

Acho que todos, a maior parte, já conhece a minha pauta: a do patrimônio histórico, a dos imóveis tombados. E é muito difícil vir aqui e falar quando a outra pauta é a pauta dos moradores em situação de rua, da cracolândia, do impacto para os proprietários dos imóveis que estão no entorno da cracolândia. No entanto, eu acho que o perímetro não é o ideal, não é o adequado – nós vamos protocolar no processo aquilo que nós entendemos que seria o adequado.

O que eu gostaria de pleitear – não sei se cabe exatamente neste projeto ou se deveríamos pensar nisso mais globalmente... Tem uma lei de 88, tem uma lei de 87, tem várias leis que dão isenção de IPTU para os proprietários de imóveis tombados que fazem restauro.

Essas leis, hoje, estão inoperáveis, estão inaplicáveis.

Então, quando você olha como um todo, o proprietário de um imóvel tombado sempre acaba sendo prejudicado com relação a outro proprietário, porque, quando você causa uma restrição para um imóvel, o do lado que não tem a restrição pode subir 20, 30, 40 andares, se está no entorno, nem tanto, pode subir só 30 metros de edificação; e o tombado, não; o tombado tem que contratar um arquiteto especializado, tem que fazer uma prospecção pictórica, uma prospecção manométrica e o desarquivamento de todos os processos. Só para fazer um projeto de restauro a gente demora um ano.

Você tem que usar a mesma telha da época, o mesmo madeiramento; tem que encontrar o pinho de riga para fazer a janela, a tinta adequada, argamassa adequada, o pedreiro certo. O que acontece: os proprietários estão pintando de qualquer jeito, estão sujeitos à aplicação de multas que são severas do Conpresp.

O tombamento desordenado causa um impacto severo nos proprietários.

Então, o nosso pleito é para que exista a isenção do IPTU para aqueles que ingressarem com projeto de restauro e fizerem o restauro.

E, também, temos um pleito - já de muito tempo - para que pudesse, de alguma maneira, qualificar a mão de obra, para que a Secretaria de Cultura pudesse ter um curso de mão de obra de restauro, porque têm pouquíssimos arquitetos especializados. E não precisamos só de arquitetos, mas de cadista, pedreiro treinado para fazer a aplicação da argamassa correta, de uma zeladoria para esses proprietários, enfim um conjunto de ações voltado aos proprietários dos imóveis pode dar um impacto muito positivo no turismo.

Sobre Santa Efigênia, que queria falar um pouco - sempre falo um pouquinho a mais do que eu deveria, mas falarei rápido. Meu pai é de Ribeirão Preto. Ele ama Santa Efigênia, adora. Quer descer do metrô e andar na Santa Efigênia. Minha mãe o proibiu de ir. Era só isso que eu queria dizer.

Obrigado, gente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Obrigado, Marcelo.

Tem a palavra a Sra. Rose Correia, moradora de Santa Efigênia.

**A SRA. ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA DE OLIVEIRA** – Bom dia, gente.

Talvez o que eu fale aqui algumas coisas alguns dirão que não tem nada a ver, mas, no contexto, terão.

Essa minha revolta está toda enraizada e continua de nos dias de hoje quando vemos a desvalorização da vida do outro. Quem é esse outro? Moradores, comerciantes, transeuntes, drogados, pessoas em situação vulnerabilidade e que não entram nas estatísticas.

Gasta-se tanto dinheiro com especialistas - e não precisam; chamem-nos; nós, moradores e comerciantes, nós faremos esse trabalho gratuitamente - não precisam gastar um centavo com isso.

Outra pergunta: quem determinou que eles poderiam ficar na rua em que eu moro, em baixo do meu prédio? Quem determinou isso? Onde foi determinado? E por que não na sua rua? Na sua? Na sua, Fabrício, que está conversando? Na sua, Rubinho? Por que não na de qualquer um de vocês? Por que na minha?

Na minha rua, nós não dormimos há dois anos; não dormimos; nós temos picos de sono. Então, se vocês virem que nós estamos explodindo, é por que há muita razão.

Eu lhes digo o nome desse projeto: ele se chama especulação imobiliária; e eu estou acuada dentro da minha casa; usurparam o meu direito de ir e vir. Isso me deixa extremamente irritada, indignada, revoltada.

Eu sou Rose Corrêa, moradora da Rua dos Gusmões, onde se concentra o maior fluxo de usuários de droga do Brasil.

Na terça-feira, dia 15/08, um morador trabalhador foi assassinado, o Sr. João, por um desses usuários de drogas. Qual foi a medida tomada? Nenhuma. Afinal, é só um trabalhador sem importância. Não era um policial, um político e não era um empresário.

Um pequeno relato do que sinto neste momento: quando os meus filhos eram pequenos, existia a tal Febem, onde havia várias revoluções. Ali, aparecia a mídia para dar-lhes voz e vez. Os internos diziam quando perguntados pela mídia por que foram parar ali. A resposta

deles era “eu fugi de casa porque meu pai me batia, minha mãe me batia, me golpeavam, me agrediam; então, me mandaram para cá e só que eu continuo sendo violentado agredido e tudo”. Eu dizia para os meus filhos: “Eles não querem apanhar dos pais que os educam, alimentam e os amam” – deveriam, pelo menos, amá-los. Eu, Rose, passei por todas essas situações. A diferença é que quem me batia eram as freiras de um orfanato para onde eu fui despachada com dois anos de idade.

A nossa diferença? Eu passei por todas essas violências, e o crime que eu cometi foi ter nascido. É por isso que eu me indigno tanto com a situação dessas pessoas na rua, com quem ninguém se importa.

Agora, essa desordem da rua onde resido. Vejo-me trancafiada no mesmo lugar para onde fui despachada ao nascer. Isso é vida?

Quantos cifrões vale a nossa vida? Quantos interesses? Quantas pessoas ainda terão que morrer para que isso seja extinto de uma vez?

Não vai ser uma isenção de IPTU - isso vai ajudar e muito. Aliás, o meu quarteirão - que é onde está o fluxo desde que tiraram da Praça Princesa Isabel há dois anos - não foi contemplado. Da Triunfo até Gusmões, ninguém nesse trecho foi contemplado.

Então, como diz o Fabinho, toda Santa Efigênia deveria ser contemplada, porque a Rua dos Gusmões é a mais contemplada com a drogadição que, quando não está em uma quadra, está em outra. Então, está em toda a Gusmões; e eu sou moradora da Gusmões. Aliás, moro em projeto social que, por lei, deveria ser isento, mas não é. Vem o boleto cobrando IPTU da gente. Eu gostaria também dessa explicação: se é projeto social como Cohab e CDHU – tudo bem que PPP veio depois disso -, mas é um projeto social, então, deveria ser isento por lei, mas não o é.

Obrigada pela atenção. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Rose Corrêa.

Tem a palavra o Sr. Antonio Manuel Fernandes, da Associação Brasileira da Indústrias de Hotéis de São Paulo.

**O SR. ANTONIO MANUEL FERNANDES** – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar todos, em nome do Sansão Pereira, Vice-Presidente da Comissão de Turismo da Casa.

É difícil falar depois de um relato de uma senhora que é uma moradora. É difícil. Nós, empresários, também sentimos todo esse problema que no centro da cidade. Acho que é muito difícil pelo que nós estamos passando e pelo que nós passamos.

Só quero fazer um relato: nós, hoteleiros, temos mais ou menos, naquele quadrilátero, 16 hotéis que são geradores de empregos e de renda para a cidade, estamos com essa dificuldade.

Tivemos 60% de reservas canceladas nesse período; tivemos uma dificuldade de manter os hotéis abertos de toda a maneira para que pudéssemos gerar esses empregos, gerar essa renda que a gente teve todo esse período.

Eu acho que, igual aos outros companheiros que falaram aqui, deve estender esse quadrilátero para termos, realmente, essa isenção, que vai ser o mínimo, um pouco dos prejuízos que nós tivemos por todo esse tempo.

Então, é só para falar que a Associação Brasileira de Indústrias e Hotéis de São Paulo estará à disposição para participar da Comissão, para podermos, também, ajudar para que possamos até minimizar um pouco essa situação que estamos tendo no centro da cidade.

A gente ouviu relatos aqui de que em vários outros centros de cidade em que se vai, a primeira coisa de um turista que chega em uma cidade é querer conhecer o centro da cidade. Pode ir a qualquer lugar da Europa, ou seja, onde for, o primeiro lugar que quer conhecer é o centro da cidade. Preservam os centros das cidades. Você vai à Lisboa, Madrid, Paris, o centro está preservado. Aqui é o contrário, está essa calamidade.

Eu também critico um pouco a imprensa, porque a toda hora fica falando dessa cracolândia, mostrando na televisão. Parece que tem prazer de mostrar isso, essa imagem ruim que a cidade tem. E a gente tem que mudar isso. Eu acho que isso não é positivo para a cidade. Acho que tem que mudar um pouco esse conceito da própria imprensa que fica, a toda hora,

debatendo sobre isso. Acho que chegou a hora, também, de se unir e mudar essa imagem ruim que a cidade está tendo, porque não dá para entender que um turista que está na Barão de Limeira que, às vezes, tem que ir a um bar - vou falar que é o Bar Brahma -, que fica a duas quadras, tem que pegar um Uber para ir ao bar, porque ele tem medo de circular pela cidade, tem que passar pela Praça Júlio Mesquita, tem que passar pela Praça da República.

E, hoje, o Centro da cidade de São Paulo tem várias coisas positivas: uma área gastronômica positiva tanto que é considerado que nós temos, hoje, um dos melhores restaurantes do mundo; vários atrativos da cidade estão crescendo. Só que não adianta, porque as pessoas não podem circular pela cidade.

Então, eu acho que chegou a hora de se unir para que realmente seja preservado o Centro da cidade.

Nós, da Associação, estaremos à disposição da Comissão para participar e ajudar no projeto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Antonio.

Tem a palavra o Sr. Luiz Augusto Leonardo de Castro, do Cura São Paulo.

**O SR. LUIZ AUGUSTO LEONARDO DE CASTRO** – Bom dia a todos.

Acho que a gente pode começar tentando definir o conceito de cracolândia. O que é uma cracolândia? Acho que, antes de delimitar regiões, qual é o conceito?

Eu escrevi duas sugestões: cracolândia é um conceito por onde eles se encontram ou por onde eles habitam? Ou a cracolândia é onde há o traficante com a bancada fixa e trabalha livremente sem incomodar o seu negócio lícito?

Acho que essa é uma pergunta que a gente pode começar a responder para determinar quais são os pontos da cidade de São Paulo que têm uma cracolândia.

A Dona Rose é a maior sofredora da cracolândia. Eu acompanho a luta dela desde a época do Plano Diretor. Aliás, todos os movimentos pelo centro, Fabricio, só trinta segundos, porque o Todos pelo Centro não contempla SMADS na Secretaria. E, hoje, muitas pessoas aqui discutindo a causa da cracolândia – poderia estar dentro da Casa Civil nesse movimento Todos

pelo Centro, Decreto 61.814.

É um gesto de solidariedade do projeto, como bem-dito pelo Secretário Fabricio, mas eu acho que vai além. O Centro, como um todo, sofre com isso, a cracolândia não é algo específico de uma rua, mas ela é causa de uma cidade. São mais de 60 pontos na cidade da existência de cracolândia.

Nós temos que votar por um raio de isenção com base nos pontos detectados. Tem que ser um raio de isenção que, com essa definição desses pontos detectados, definir o que é a cracolândia, que não é uma rua que vai para cima ou vai para baixo, porque na Protestantes o trecho da Dona Rose não está contemplado, chega na Protestantes já está no Bom Retiro. Há um impacto sobre isso.

Eu sugeriria, dentro da minha contribuição, que a gente iniciasse definindo o conceito de cracolândia. No Brooklin, por exemplo, temos focos de cracolândia. Haverá isenção de IPTU naquela região também? Posso convidar os moradores do bairro do Conseg, ao qual pertenço, para virem discutir sobre isso?

Vamos começar, primeiro, definindo o conceito de cracolândia. Como sugestão para essa definição a vocês da bancada: andem pelas ruas, levem Dona Rose para casa, esqueçam os *drones*. É onde as pessoas circulam que deve ser o indicador. E é um gesto solidário para a contemplação da isenção do IPTU.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Luiz Castro.

Tem a palavra o Sr. Mário M. Kamei, Presidente da Associação da Rua das Motos.

**O SR. MÁRIO M. KAMEI** – Bom dia a todos. Sou Mário, do segmento de motos, comerciante há 35 anos. Hoje estou representando a Associação e gostaria de focar no nosso segmento, porque nós fomos, de alguma forma, muito abalados com a concentração de moradores de rua em todo o nosso entorno, principalmente, quando estivemos mais próximo da Rua Conselheiro Nébias.

Eu gostaria de falar sobre a isenção do IPTU que, da maneira como está sendo



elaborada, só contempla a Rua Conselheiro Nébias entre a Rua Vitória até a Rua dos Gusmões. No entanto, todo o comércio do nosso segmento nas imediações tem sido prejudicado com essa situação, como, por exemplo, na esquina onde havia o Bradesco está contemplada com a isenção; na outra esquina, onde há a loja do Tiago, comerciante com mais de 40 anos, não foi contemplada; assim como, todos os estabelecimentos da rua que, de alguma forma, foram prejudicados porque os clientes que vinham de outros bairros tinham que passar pela Conselheiro Nébias que foi interrompida. Não só da Conselheiro Nébias, mas de todas as ruas paralelas e as transversais também, como a Barão de Limeira, General Osório, Rua dos Guaianases, Duque de Caxias, enfim, praticamente, todo o entorno.

Então, a nossa solicitação é de que se estenda essa isenção para os outros estabelecimentos das imediações nas ruas que acabei de citar.

Outro ponto que eu gostaria de comentar é focando no lado comercial, porque fomos prejudicados por conta da concentração e da presença deles no entorno. Para que vocês tenham uma ideia, um fabricante diretor de empresa me disse na sexta-feira que eles faturavam em torno de 35 % e, hoje, caiu para apenas 10%. É uma empresa multinacional sediada na Itália.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sr. Mário, para concluir, por gentileza. O senhor excedeu o tempo.

**O SR. MÁRIO M. KAMEI** – Então, era só para dizer que eles tiveram uma festa de aniversário de 20 anos, e a própria dona da empresa esteve na inauguração. No dia seguinte, eu imaginava que ela viesse nos receber – como em todos os anos -, no entanto, ela disse que não pode vir por conta da concentração de moradores.

Vocês podem imaginar o quanto somos prejudicados, quando se faturava 35% e, hoje, apenas 10%.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Mário.

Convido o Sr. Joseph Riachi, da União Comerciante de São Paulo.

**O SR. JOSEPH RIACHI** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a mesa e agradecer

pela oportunidade de estar se manifestando.

Estou na Santa Ifigênia há 37 anos, 3 anos presidindo as entidades comerciais que represento. Digo que, em todas as épocas, tivemos problemas, mas os nossos problemas hoje são bem maiores.

Fala-se da isenção do IPTU. Eu não me lembro de que nenhum comerciante, nenhum morador, nenhum proprietário tenha pedido isso um dia. Nós pedimos condições de trabalho. Nós pagamos o IPTU; nós não precisamos do IPTU. Se tiver que fazer isenção, a região inteira precisa, sendo na rua onde está o fluxo e na rua onde não está o fluxo, porque o fluxo está fazendo a diferença na região inteira e não, numa rua onde ele esteja.

Quero dizer uma coisa – desculpem-me falar desse jeito, eu sou muito... -: a nossa região precisa de solução e não de injeção de morfina. A nossa região está sendo sempre estuprada pelo Poder Público.

Nós temos aqui – perdoem-me se eu atingir alguém -, estamos fazendo projetos em várias gestões de prefeitos, de governadores etcetera e tal, sempre falando do problema da região. Nunca ninguém o resolveu – Vereadores, vamos falar de Vereadores porque estamos na Casa, que estão na terceira, quarta, quinta geração. Se não fizeram nas quatro gerações antigas, vão fazer nesta? Eu não acredito.

Queremos solução. (Pausa)

A cracolândia tem solução, sim. (Pausa)

Edson, a gente se conhece há muito tempo. Você está falando que não pode mexer com as pessoas se estiverem transitando; se tem que ficar ou aqui ou ali não importa. Eu quero saber como é que pode, hoje o maior sonho do tráfico é voltar para a Dino Bueno, por que não consegue ir lá? Quem é que está proibindo eles de irem lá? Então, eles foram para o Bom Retiro, ficaram 24h e recuaram. De um jeito ou de outro alguém... Então isso é uma massa de manobra, e a gente não confia mais, sabe? A gente sabe que todos estão com boa-intenção, mas queremos capacidade para resolver o problema da região. A nossa região precisa muito mais do que uma isenção de IPTU, precisa de condições de trabalho.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Joseph.

Tem a palavra Sra. Karen Vasconcelos, moradora da região.

**A SRA. KAREN VASCONCELOS** – Bom, eu morro de vergonha, mas vamos lá. Sou moradora da Santa Efigênia há 16 anos, quero agradecer aqui porque a pauta do IPTU vem a há muito tempo como sendo algum benefício para a região, independente do quanto seja. Eu moro há 16 anos ali, meu filho quando nasceu, eu cutucava eles para entrar... Então muita gente fala, usa a cracolândia de palanque, só que ninguém viveu, de verdade, lá atrás, quando estava mais perigoso. Então o Cobra e o Rubinho, que foram os que entenderam que era para começar a falar sobre isso, agradeço. Eu como moradora, agradeço. Mas ao contrário, gostaria de inverter a pergunta: por que cracolândia não sai da Santa Ifigênia? As ruas Helvétia, Frederico Steidel e Sebastião Pereira também sofreram, então poderia estender para elas, para aquele perímetro no qual eles passaram algum tempo. Estender também para a Moura Andrade, que não foi contemplada, agora lá tem segurança. Então eles realmente não param. Aos domingos era um inferno sair de casa, não tinha como atravessar a rua. Então é realmente preciso rever o perímetro. Se precisar de ajuda estou à disposição, já falei com o Rubinho, fico à disposição.

É realmente pensar um pouco mais, parar de usar como palanque. É assim: olha, estou aqui e sei como fazer, eu quero fazer, vamos todos fazer juntos. Acho que a gente, que nós unidos conseguiremos ir mais longe do que ficar falando sozinho, eu estou falando de um coletivo. A cracolândia está ali, todo mundo sabe. E a Santa Ifigênia, quem está falando da Santa? E os prédios tombados? É trazer gente para poder aumentar a riqueza da região. Cultura, lazer, cadê? Nunca vi! Todo mundo fala, fala, fala, a gente tem um triângulo e um quadrilátero, vamos fazer um retângulo já que a gente não encaixa neles. Vamos começar a interagir, por que ela não sai da Santa? A pergunta é invertida: por que a cracolândia não sai da Santa Ifigênia? E não é o tráfico, tem alguma coisa, não é possível, são 30 anos, são 16 anos que estou ali, é muito mi-mi-mi. Tem que parar de promover a cracolândia, começar a procurar uma solução e começar a promover a Santa Ifigênia! Cadê a Santa? Alguém sabe quem é a Santa Ifigênia? É

uma santa negra da Etiópia, e ninguém sabe, é que ninguém promove a cultura, todo mundo promove a cracolândia. E se você chegar lá e falar: a cracolândia não vai mais entrar aqui, eles não vão entrar! É só fechar a Santa Efigênia e fazer um evento, um evento cultural de domingo já que há ruas que ficam do outro lado, por que não faz aqui? Por que não abre, faz um evento no domingo para poder ali gerar renda para o pessoal? Por que tem que ficar no miolinho? Entendeu? Quero agradecer muito o Cobra e o Rubinho por estarem à disposição. E tem que parar, vamos parar de promover a cracolândia. A cracolândia vai ter que ser solucionada, está há 30 anos do mesmo jeito. Toda vez que eu batia na porta das pessoas que falavam que iam resolver, ficava por isso mesmo. E aí? Já que ela está lá, vai ser ali ainda mantida? Por que não achar outra solução e aos poucos ir mitigando?

É isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Karen.

Convido o Sr. Enrico Scala, comerciante da região.

**O SR. ENRICO SCALA** – Boa tarde a todos. Também estou um pouquinho nervoso. O meu foco principal é falar sobre o IPTU progressivo, principalmente na região da cracolândia.

Como é de conhecimento público, a situação da região central da nossa cidade está em processo acelerado de degradação, afugentando da região os consumidores e, por via de consequência, reduzindo muito o faturamento dos comerciantes e prestadores de serviços, especialmente no quadrilátero da cracolândia. Muitos imóveis estão desocupados com placa de aluga-se, vende-se há mais de cinco anos. O valor dos imóveis sofreu grande desvalorização e sua manutenção ficou muito onerosa para os proprietários, que não faturam o suficiente para investir no próprio imóvel. Nesse quadro, a proposta de isenção do IPTU por dois anos é bem-vindo, precisa ser implementada logo. Mas há uma questão extremamente relevante a ser considerada, que é o art. 98 do PDE: “Veda a concessão de isenção para os imóveis que estão com IPTU progressivo”. Ora, tais imóveis classificados como subutilizados ou não utilizados também sofrem com o efeito da cracolândia, repito: se o proprietário não fatura, não tem recursos para investir no imóvel e ainda não há interessados na locação ou aquisição dos imóveis, a

proposta legislativa deveria contemplar que a isenção de IPTU abrangesse também os imóveis com IPTU progressivo, de forma a atingir todos os proprietários da região, de forma igualitária e alcançar sua finalidade de revitalização da região.

Finalizando, como nós, empresários, vamos investir na região do centro de São Paulo se alguns imóveis, além da cobrança de IPTU irregular, que nós já não conseguimos pagar o IPTU regular com o faturamento que temos hoje, e ainda temos que conseguir pagar o IPTU progressivo, que é uma cobrança além do IPTU regular? A realidade é que não sobra recurso, não sobra dinheiro para investir no imóvel, não sobra dinheiro para investir na calçada, não sobra dinheiro para investir na própria higiene do local. Então o ponto principal é: como podemos investir para tornar a região melhor se não temos dinheiro, não temos faturamento? Na região, não passa cliente na região, e eu particularmente, não moro na região, eu tenho comércio na região, eu odeio passar por lá, odeio, não quero, não gosto! E não tem o que fazer, eu tenho imóvel lá, eu tento negociar o imóvel, é muito difícil chegar num valor que seja bom também para mim, não existe, não consigo. E a realidade é: nenhum possível comprador quer comprar imóvel com a cobrança de IPTU progressivo, ninguém quer. Mesmo que queira construir algo, não existe dinheiro que facilite você a construir algo numa região em que não há interesse para compra de apartamentos, compra de lojas, não há interesse, não tem ninguém. Então eu peço que vocês tenham atenção principalmente para quem sofre com o IPTU progressivo. A gente quer investir na região, a gente quer tornar o imóvel utilizável, a gente quer, mas não temos o valor para sustentar tudo isso.

Enfim, é isso, desejo sorte a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Enrico. Tem a palavra Sr. Elísio Scala.

**NÃO IDENTIFICADO** – Bom dia a todos da Mesa, obrigado pela oportunidade. Estou representando o Sr. Elísio Scala que teve um problema vocal, por isso estou aqui. Há necessidade de ampliar a ala de abrangência da proposta de isenção do IPTU para incluir a região da tal cracolândia, porque já sou morador em São Paulo há mais de 50 anos, praticamente

desde a antiga estação rodoviária. A gente ouvia falar de punguista, de batedor de carteira, não existia essa tal cracolândia. Saíamos da Estação até à Avenida 9 de Julho, Praça da República, e ninguém precisava sentir medo, autoridades policiais eram da antiga Força Pública, Guarda Civil, fardas azuis.

Então hoje a abrangência do empresário nessa tal região chamada cracolândia, aos moradores, eles querem dar emprego, querem movimentar o comércio porque hoje a grande maioria, como disse a nossa amiga, não pode pisar na calçada onde mora, há medo, temor. Tem que olhar para a esquerda, direita, acima e embaixo. Nós estamos na maior cidade do Brasil, São Paulo, a maior cidade da América Latina, a maior geradora de dinheiro da América Latina e, no entanto, temos que andar com guarda-chuva encapado, com medo, temor. Então hoje a cracolândia se tornou mais importante do que o comércio, do que a própria Prefeitura, do que o Prefeito. É como dizem, a imprensa alimenta a cracolândia, a imprensa alimenta o tal PCC por trás da cracolândia. Ah, PCC 1533.

Então nós temos que pensar um pouquinho, os nobres Vereadores têm também que estender, porque temos a Alameda Barros, até o fim do Elevado João Goulart, a Rua da Consolação. Pelo outro lado, também considerar a Albuquerque Lins, até as linhas de trem que terminam na Estação da Luz, essa região também sofreu muito nesses últimos anos. E não podemos nos esquecer da Barão de Limeira, *Folha de S.Paulo*.

Meus amigos, gostaria de pedir então que olhassem um pouquinho para o crivo, nós precisamos da isenção? Ajuda, mas não salva. Os empresários querem dar emprego, dar dignidade para quem precisa de trabalho. Essa é a fala do Sr. Elísio Scala.

Agradeço, um bom dia a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado.

Sr. Marcone Vinícius Moraes de Souza, Presidente do Pró-Centro.

**O SR. MARCONE VINÍCIUS MORAES DE SOUZA** – Boa tarde a todos, boa tarde Silvia; Sansão; Rubinho, parabéns pelo seu protagonismo nessa pauta importante; Cobra; Ortega, muito bom tê-lo novamente no Centro; Kiki. Agradeço a presença de todos.

Acho interessante o que estamos fazendo aqui hoje, é interessante o diálogo que estamos tendo. Tivemos hoje alguns pontos vencidos. A região precisa de ampliação porque tem um fluxo bastante móvel, como muito bem o Luiz falou, é preciso definir um raio porque essa população se movimenta. Quando falamos essa população, estamos falando de usuários que estão sendo escravizados pelo tráfico de drogas. E é importante pensar que a Prefeitura Municipal acaba sofrendo impactos devido a uma organização criminosa chamada PCC, não podemos ignorar isso, mais cedo ou mais tarde vamos ter que lidar com isso, não é só uma pauta municipal porque ela onera a Secretaria de Segurança Pública, onera a Casa Civil, onera este espaço Legislativo. Vamos ter que tratar disso para que, de certa forma, possamos trazer uma solução para o problema. Se não, você fica movimentando os traficantes, que são as pessoas que estão vendendo drogas, não podemos ignorar isso, para as pessoas adictas que estão ali. A Prefeitura já tem feito um belo trabalho de acolhimento social, para quem não é adicto ou está em fase de se tornar adicto, mas que consegue ser acolhido de alguma forma, e isso é importante, a Prefeitura tem leitos quase que o bastante para isso, a gente sabe do trabalho que tem sido feito. O problema hoje é o usuário na rua, que não tem controle, está descontrolado, e a gente não consegue fazer o mesmo tipo de tratamento obrigatório, mesmo porque são cinco anos, as pessoas que estão na cracolândia estão em média há cinco anos, como vou convencer um cara que está completamente fora de si a se tratar? Quando ele fica alguns dias longe da droga, ele próprio pede internação, nós vemos isso no dia a dia.

Agora vou dar alguns dados sobre a região da qual estamos falando. Temos a região com maior fachada ativa da América Latina. O bairro República é a região mais adensada da cidade, temos 25 mil pessoas por km<sup>2</sup>, é mais adensado que Cidade Tiradentes. Então por termos muitas fachadas ativas, e faz sentido sim ter isenção de IPTU específica para essa região porque o comércio e os moradores daqui são afetados. E geralmente nós temos um arquétipo na cabeça que pensa: a região central de São Paulo é rica, mas 90% dessa região, que é a mais adensada da cidade de São Paulo, é formada por famílias que têm como renda mensal até R\$ 3.500,00. Ou seja, estamos falando de uma população de baixíssima renda, não da elite, de que

isso vai favorecer o grande proprietário de imóvel. E mais um dado para vocês: menos de 5% dos imóveis comerciais e residenciais aqui são pessoas que têm mais do que dois imóveis, 95% das pessoas que tem aqui tem só um imóvel, que é o imóvel da vida deles, eles trabalharam uma vida inteira para conseguir construir. Esse é o caso de várias pessoas que aqui falaram com vocês. Então é injusto falar duas coisas: que vai beneficiar o grande proprietário de imóveis, mentira, não é verdade, é uma mentira; que vai favorecer uma população rica, a elite, esquece, vamos aqui desmontar essa narrativa. Precisamos sim aumentar esse raio e precisamos, em algum momento, discutir sobre o tráfico de drogas que mata as pessoas.

A Rose falou de um morador que foi assassinado agora, e quantas pessoas morrem de overdose ou mães que se degradam até a morte por ver o filho na crackolândia ou seu esposo etc.? Esses dados precisam ser levantados, precisamos de ajuda para ter esses dados nas mãos, é importantíssimo. Se não vamos ficar discutindo uma responsabilidade que, muitas vezes, não temos o que fazer, a Prefeitura acaba gastando dinheiro muitas vezes com o tratamento de pessoas e o traficante fica a todo momento assediando esse usuário.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade de poder ter esse debate de forma madura, aqui ninguém é um contra o outro, não fazemos discurso vazio, absolutamente. Estamos todos em busca de uma solução.

Rubinho, parabéns por capitanear tudo isso, obrigado. Estamos aqui para realmente poder conseguir melhorar ainda mais o debate, diminuir as narrativas falsas levantadas e que possamos discutir o real problema que as pessoas têm, e evitar mortes. O comércio todo ficou oito meses fechado para poder evitar o aumento do número de mortes na pandemia, por que não podemos ter uma decisão mais dura para evitar o aumento de mortes em função do tráfico de drogas?

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Marcone.

Sr. Irwin Henry, morador da região.

**O SR. IRWIN HENRY** – Boa tarde. Gostaria de agradecer a todos – Rubinho, Sílvia.



Considero o trabalho de muitos Vereadores muito importante, acompanho alguns, mas eu venho aqui para falar uma coisa muito importante. A Rose já falou, eu também já fui vítima de assalto, são vários problemas, mas aqui não vou fazer terapia de grupo.

A questão é a seguinte: o imposto é para termos um retorno ou não? Estou equivocado? Não, não é? Certo. Então vocês vão tirar o imposto, você não vai pagar imposto, logo que poder de barganha vou ter para vir aqui e falar para os meus funcionários? Eu não sou comerciante, sou empresário, vocês são os meus funcionários, que poder de barganha vou ter aqui para falar: o que vocês estão fazendo pelo meu bairro, pela minha região? Se você não está pagando nada, você está reclamando do quê? Com todo respeito, eu sei que estão balançando a cabeça, mas é verdade e não é com o Sr. Rubinho ou com a Sra. Silvia, mas esse é um problema social e de segurança, estou me referindo à gestão atual. Então, vocês são os meus funcionários, estou vindo aqui como morador, minha mãe teve que ficar duas horas no estacionamento porque não podia sair, com um problema que é de saúde, social e de segurança, são os três problemas juntos, os três juntos. Vocês, nobre Vereadores, sabem.

Agora, eu venho aqui, e vão me dar essa migalha, vão me dar esse bolinho de chocolate para mim? Não, não pague o imposto, não precisa pagar imposto. Algumas pessoas atacam a mídia que mostra, e tem que mostrar mesmo, está uma porcaria, está mesmo, é assim que funcionam as coisas. Eu quero soluções, eu não quero migalhas, não quero que parem, que tirem o meu imposto, eu quero sim pagar imposto, quero! Quero continuar podendo vir aqui e falar para as pessoas sentadas nessa mesa se elas estão trabalhando muito bem ou mal. E neste momento posso afirmar, com toda certeza, que neste momento não está me agradando. Eu quero fazer uma pergunta bem simples... vão ser duas, na verdade... Não, uma só para o pessoal parar de ficar bravo comigo: isso é o máximo que os senhores podem fazer? Porque é fácil isso, e isso é o máximo? Porque se for o máximo, com todo respeito, os senhores estão trabalhando muito mal! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Irwin.

Convido agora o Sr. Josenel Gama Saad, comerciante.

**A SRA. JOSENEL GAMA SAAD** – Boa tarde. Em nome dos comerciantes da Santa Ifigênia e de todos vocês, quero saudar a Mesa. O meu propósito é que sou comerciante na Santa Ifigênia e nos Campos Elíseos há 34 anos. Chegou o Governo do Estado junto com a Prefeitura e desapropriou o meu imóvel. Fiquei com as mãos atadas. Fui para a Gusmões com a Andradas, mandaram os usuários de drogas todos para a Gusmões. Estou lá de mãos atadas. Então o que é que eu faço? Estou lá há 34 anos, passa eleição vem eleição, não tem um vereador em São Paulo, a não ser o Suplicy que vai nos visitar de vez em quando, e ele é dos Direitos Humanos, vai lá ver a nossa situação, o sofrimento daquela comunidade. Sei que aqui eles querem baixar o IPTU para nos dar um fôlego. Que fôlego vai dar, pelo amor de Deus? Baixando o IPTU, os clientes vão voltar para a Santa Ifigênia para a gente vender as coisas para o pessoal? Não vão voltar porque a situação é tirar os usuários da Gusmões, do centro da cidade, internar, fazer qualquer coisa, porque não existe deixar um usuário de drogas no meio da Santa Ifigênia, um polo de emprego de mais de 60 mil funcionários ali tem, que gera emprego.

Agora, os vereadores não tomam atitude. Infelizmente, só na época de eleição que aparece na televisão. Eu nunca vi um vereador de São Paulo na Santa Ifigênia. Quer dizer que não têm segurança, os vereadores? Lógico que têm segurança, têm carro particular, têm motorista particular, têm segurança particular. Não podem visitar o comércio, perguntar para cada um qual é a situação de cada um deles? Mas não vai, fica aqui sentadinho no ar-condicionado, e a gente lá, ó, pau, bomba, GCM bomba, Polícia Civil bomba, e nós sofrendo. E vocês de paletó e gravata, não sabem se a gente está passando fome, aluguel atrasado, luz, água, negociando luz, corta luz, corta tudo.

Infelizmente a gente tem de desabafar, porque a gente vem sofrendo há vários anos. O cara tomou meu imóvel, me desapropriou, me deu o quê? Nada, uma migalha, preço venal. Isso é justo, chegar o governo e desapropriar o cidadão e não dar nada, só dar aquele preço de valor venal?

Que força a gente tem para discutir com a Prefeitura e com o Governo do Estado? Não tem. Quem tem força no Governo são os deputados e os vereadores que fazem as leis. Eles

têm força, a comunidade não tem força. Só no dia do voto a comunidade tem força, então escolha em quem votar, que vai defender a gente numa situação de calamidade pública daquela na nossa comunidade.

Muito obrigado e desculpem o desabafo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Josenel.

Sr. Nelson Hong, da Associação Brasileira dos Coreanos – ABC.

**O SR. NELSON HONG** – Boa tarde a todos. Meu nome é Nelson Hong, Boa tarde a todos, Srs. Vereadores.

Inicialmente, gostaria de dizer que toda iniciativa para beneficiar eu acho que é válida. Estive aqui conversando rapidamente com o Presidente Saul, Presidente do Conseg da nossa região, e hoje vim aqui em nome dos comerciantes do Bom Retiro. Acho que de ver todos que falaram aqui na frente anteriormente, fico até com vergonha de trazer a pauta, porque realmente fiquei muito sentido com a história de todos.

De mais a mais, queria deixar aqui o meu registro para que os senhores pudessem relevar alguns pontos do Bom Retiro, principalmente ali no começo da Rua Prates, em torno da Praça da Luz, porque ali tem virado uma pequena cracolândia, tem vindo ali, descido, e do começo até o final da Rua Prates, lá no final onde o Governador quis tentar levar, mil, cento e pouco ali, o numeral. Então eles ficam do começo da Rua Prates até o final, indo e vindo.

Esse movimento acaba criando um risco para os comerciantes da Rua Prates. E na Rua Silva Pinto, que liga à Alameda Nothmann, também tem sido assim. Fiz uma contagem, até trouxe um vídeo, acho que não vai dar para mostrar, mas mais de dois terços das lojas estão fechados. Posso, posteriormente, mostrar isso também. Então tem algumas ruas pontuais que foram realmente prejudicadas, no Bom Retiro, que também, se pudesse ser revisto, gostaria de pedir esse favor.

Presidi a Associação Brasileira dos Coreanos em 2020/21. Naquele íterim, tivemos um triste relato, a morte de um jovem da nossa comunidade, um jovem com 27 anos. Um usuário de drogas escalou um apartamento e esse jovem, como estava juntamente com as duas irmãs,

esse usuário estava com uma faca, ele não viu outra forma senão lutar contra esse usuário. É usuário mesmo. Tomou oito facadas, faleceu. Fui uma das primeiras pessoas que chegou ao local. Após quinze dias que eu não comia, não dormia, prendemos esse usuário. Ele já tinha matado mais duas pessoas antes, era a terceira que ele matava, e só ali ele foi preso.

Se alguém me perguntasse aqui como é que resolve essa questão das drogas, eu não vejo outro jeito. Estive recentemente nos Estados Unidos e o que eu vi ali foi triste, porque sempre achei que nos Estados Unidos o bom senso funcionava. Não funciona mais. A partir do momento que as leis começaram a se afrouxar, acabou. Ser humano não foi feito para ser bonzinho. Ser humano é mau por essência. Se não existem regras, ninguém segue. Essa é a verdade.

Acho que os Srs. Vereadores que estão compondo a Mesa estão fazendo a parte deles. Porém, acredito que não há outra forma se não nós, que somos a população, reivindicarmos uma coisa dura, mudança da lei, como o colega disse aqui, dos deputados. Se afrouxar, não vejo outro cenário senão esse que eu presenciei nos Estados Unidos.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado.

Não havendo mais inscritos presenciais, passemos aos inscritos pelo sistema virtual. Sra. Fernanda Lopes. (Pausa) Está ausente. Sr. Júlio G. A. de Camargo, Avanti Empreendimentos SA. (Pausa) Está ausente...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Presente? O senhor se inscreveu presencialmente?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Perdão. O nome do senhor é?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Pode ver para mim? Eu vou chamando os virtuais, eles vão checar para o senhor, pode ser? Peço desculpas.

Sr. Francisco Antonio. (Pausa) Está ausente. Sra. Mara Gabriela Alves de Souza. (Pausa) Está ausente. Sra. Isabella Fernandes. (Pausa) Está ausente. Sra. Elisangela Aparecida da Silva. (Pausa) Está ausente. Sra. Tereza Freitas. (Pausa) Está ausente. Sra. Nina de Freitas. (Pausa) Está ausente. Suely Mandelbaum, Movimento Defenda São Paulo.

**A SRA. SUELY MANDELBAUM** – Estou aqui, estou aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra, Sra. Suely, por três minutos.

**A SRA. SUELY MANDELBAUM** – Bom dia a todas, todos, nobres vereadores.

Bem, a isenção do IPTU deve ser de quatro anos. Isso eu estou falando baseada na declaração do Vice-Governador em entrevista ao *Estadão* no dia 9 de agosto. Lá diz: “O objetivo é entregar a situação de uma maneira melhor nas cenas abertas de uso, ao longo de quatro anos”.

Bem, a isenção de IPTU é importantíssima para os moradores que convivem dia e noite com o *crack*. Então temos que pensar que realmente essa isenção deve ser para toda moradia dos Campos Elíseos, da Luz e da Santa Ifigênia, incluindo, naturalmente, o epicentro como a Rua dos Gusmões, que nem foi citada pelos poderes públicos.

Quanto aos comerciantes, a isenção de IPTU é menos importante, porque o comerciante precisa poder trabalhar. Adianta isentar de IPTU se o comerciante abre sua loja e tem 30 dependentes químicos fazendo sabe-se lá o quê na sua porta?

Então o problema principal que está acontecendo, e também eu volto ao Vice-Governador, ele declara no mesmo artigo que a dispersão foi feita em muitas cidades com sucesso. Pois é. Eu perguntei à Casa Civil quais cidades, não me responderam. Perguntei a eminentes urbanistas, me disseram que não existe dispersão com sucesso, é mentira, é mentira. Por exemplo, aconteceu em Zurique e foi o maior fiasco, Zurique, Suíça. E São Paulo está na imprensa internacional como essa barbaridade da dispersão que está sendo feita aqui. Precisa acabar com isso.

Bem, inclusive alguém aí perguntou por que o *crack* não sai da Santa Ifigênia. Sabe

por quê? A especulação imobiliária há 30 anos trabalha para ter *crack* na Santa Ifigênia, porque ela cobiça a Santa Ifigênia, que é a área de transporte com melhor transporte - trem, metrô e ônibus - da Cidade. Então vamos deixar a especulação imobiliária se locupletar dos moradores, dos comerciantes, de todo mundo?

Eu queria também comentar o seguinte: precisamos falar da tipologia, o que é um morador de rua e o que é um dependente químico. Dependente químico não tem nada a ver com morador de rua. Tem que separar essas duas tipologias e falar aqui somente do problema do dependente químico, que é obrigação da Prefeitura e do Governo do Estado de uma vez resolver, com cuidados, cuidados médicos principalmente, assistência social.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Suely.

Sra. Rose Maria das Graças Corrêa de Oliveira. (Pausa) Já falou pessoalmente, estava inscrita virtual também. Sr. Paulo Abel. (Pausa) Está ausente. Sr. Wagner Quintiliano de Almeida, Cufa. (Pausa) Está ausente. Sr. Jorge Elias. (Pausa) Está ausente. Sra. Gabriela Dias Longatto. (Pausa) Está ausente.

Não havendo mais inscritos no sistema virtual, informo...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Perdão. Jorge Elias não se pronunciou, está ausente.

O Sr. Rossano havia se inscrito na lista de chamada e não ao público; por conta disso, vamos passar a palavra ao Sr. Rossano Iaconelli, empresário da região.

Passo a presidência rapidamente ao Sansão.

- Assume a presidência o Sr. Sansão Pereira.

**O SR. ROSSANO IACONELLI** – Bom, antes de mais nada, quero dizer que qualquer ajuda à Santa Ifigênia é bem-vinda. Eu sei que cada poder tem os seus limites e agradeço muito o que os senhores estão tentando fazer por nós.

Para alguns o IPTU não pesa tanto nos seus orçamentos, mas eu tenho um

estacionamento. O estacionamento é exatamente onde está instalada a cracolândia, na Rua dos Gusmões com a Avenida Rio Branco, aquele imóvel vermelho atingido pela progressividade, que não vai receber o desconto do IPTU, a isenção do IPTU.

Eu queria fazer um breve histórico. Três minutos é pouquinho, mas vamos lá. Em 2018, a construtora que ia subir uma torre ali, em função da crise do governo Dilma, quebrou e o proprietário teve que retomar o imóvel. Estava tudo bem para ele cumprir o tal objetivo social, até que uma crise gerada pelo poder público impediu. Na sequência nós tivemos uma pandemia em que o mundo parou por dois anos. Quando acabou a pandemia, que nós fomos retomar as nossas esperanças, uma política totalmente equivocada de dispersão começou a apodrecer o Centro de São Paulo.

É inacreditável como, num sonho gramsciano, duas, três mil pessoas conseguiram destruir a paz de 450 mil moradores do Centro de São Paulo. Impressionante. Nós passamos um ano, quase dois anos com um lixão no nosso muro, que a Prefeitura não dava conta de limpar. Vinha um caminhão gigante, com pá carregadeira, enchia um caminhão, o que sobrava ficava para o dia seguinte. Os empresários da Rua dos Gusmões tiveram que contratar segurança particular, sete mil reais por mês para ficar 24 horas, para não jogarem mais lixo. Perdi a conta de quantas vezes aquela pá carregadeira quebrou o meu muro.

Enfim, hoje nós temos visto, nos últimos dois anos, nosso faturamento cair, independente de em que rua está a cracolândia; as pessoas com medo de ir ao Centro e o faturamento de todo mundo caindo, gente que perdeu 60% do seu movimento.

Como estacionamento eu não tenho ICMS, o que mais pesa para minha empresa é IPTU e aluguel. Mês passado chegou um lindo carnê, quatro carnês. Eu vou citar o carnê relativo ao ano de relançamento de imposto de progressividade, de 329 mil reais por mês. A minha empresa não fatura um terço disso. Vocês decretaram a falência da minha empresa.

Eu tenho 20 funcionários. Ouvindo um amigo que está aqui presente, ele citou uma funcionária dele estava passando mal e avisou, ele tem um pequeno restaurante, e avisou o gerente que ia atrasar, e ele falou: “Não venha hoje”. Ela falou: “Não faça isso, pelo amor de

Deus. A única refeição que eu como no dia é a que tem aí”.

Então a gente fala em emprego muitas vezes pensando em estatística... (O orador fala com voz embargada) Desculpem a emoção, mas os empregos estão sendo perdidos. (Palmas) Eu estou há um ano sem tirar lucro da minha empresa, na esperança de uma virada. E aí a gente vê que o poder público atrapalhou que aquilo tivesse uma construção, com crise.

Dia 29/4, com a rua limpinha, bonitinha, paga por nós, comerciantes, a Polícia Militar chegou lá e trouxe a cracolândia. Nós, ôpa, segurança da rua, liga para a polícia, não... “Olha, nós damos a palavra” – Comandante da Polícia Militar -, “nós damos a palavra a vocês que até o dia primeiro eles saem”.

Eu sou afilhado de um grande Coronel, já falecido. Eu acreditava que oficiais da polícia tinham palavra. É muito triste perder a esperança. É muito triste ver que, na verdade, essa progressividade, que eu até entendo que é para combater a especulação imobiliária, na verdade está sendo usada a favor.

Se antes eu recebia um, dois, três corretores de imóvel procurando o dono para saber quanto ele queria no terreno, para comprar, hoje nem ligando para as incorporadoras elas atendem, elas falam: “Não tem como construir aí”. Se o lixão já impedia as pessoas de virem comprar para fazer investimento, quem vai investir?

Aí lançam um IPTU absurdo, que já não era barato. Desculpe, isso não é tributação, isso é confisco muito bem configurado. Quem está fazendo isso, se não está a serviço da especulação imobiliária, me desculpe, está agindo a favor mesmo que inconscientemente. A gente precisa derrubar. Não é possível vir, só de um ano - eles lançaram mais quatro anos -, três milhões e tanto. É impagável, é impagável.

E dói. Eu dediquei minha vida ao estacionamento. Meu pai tinha estacionamento antes de eu nascer. O americano tem um ditado que diz “*No parking, no business*”. Meu negócio é o barbantinho, eu sou o fim do pacote. Ninguém vem para usar o estacionamento; ele vem para comprar na loja de cada um, ele vem para visitar um parente. Nós somos uma ferramenta que livra a calha das ruas para ter mais circulação, que oferece segurança para as pessoas, que



dá empregos. Eu tenho 20 funcionários que eu não sei como vão ficar, se continuar isso.

Ouvir dizer que a gente não cumpre obrigação social é uma ofensa. (Palmas) Você abre uma empresa, você dá emprego, você paga imposto, você gera serviços e você tem que ouvir que, onde você está, não está sendo cumprido o objetivo social. É humilhante, é humilhante.

Eu quero dizer uma coisa que está sendo muito esquecida aqui. As pessoas boas também têm direitos. Nós estamos falando de direitos sobrenaturais para dois, três mil adictos. Eu não estou falando de morador de rua, estou falando de adicto, uma pessoa que, para chegar nessa situação, já abriu mão de tudo na vida dela, nem a família aguenta mais; ele não tem mais condição de conviver com ninguém, ele vai parar na rua.

Aí ele tem o direito de ir e vir que se sobrepõe aos demais; um direito sem contrapartida, porque todo direito tem uma obrigação. O meu direito de ir e vir... Eu não posso sair daqui pelado, urinando em qualquer lugar, agredindo, roubando. Eu tenho que seguir a lei, eu tenho que ter urbanidade, mas eles não têm isso.

Nós sabemos que eles dependem de pequenos crimes, dessas depredações, dessas coisas para sustentar o vício. Eles não têm controle. É um crime anunciado. Se juntam, são explorados pelo tráfico, que usa eles de escudo humano, e a desculpa é que eles têm direito de ir e vir. Então vamos abrir as portas das cadeias, já que o direito de ir e vir dos foras da lei é sobrenatural; vamos abrir as portas das cadeias e soltar todo mundo.

Duas, três mil pessoas não podem sequestrar o direito de 450 mil habitantes só do Centro de São Paulo. (Palmas) E esta é uma questão que vai crescer porque o adicto é uma porcentagem das pessoas que tomam droga. A população cresce, isso cresce. Nós temos assistido. A liberalidade cresce, isso cresce. Nós precisamos equacionar esse problema que vai muito além da Santa Ifigênia. Não adianta a gente forçar mais aqui, ali, empurra para outro bairro, precisa-se criar um espaço onde essas pessoas sejam contidas, tratadas e recuperadas.

É isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado a todos. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Rossano. (Palmas)

Não havendo mais inscritos, passo a palavra ao Sr. Fabricio Cobra, Secretário da Casa Civil.

**O SR. FABRICIO ARBEX COBRA** – Obrigado, Vereador Rubinho.

Primeiro quero deixar o nosso sentimento de solidariedade em nome da Prefeitura, pela Gestão do Prefeito Ricardo Nunes, de todos os relatos trazidos que expressaram o sofrimento de cada um.

É importante estar presente um membro da Fazenda, a área que cuida das finanças da Prefeitura. O Edsom Ortega que cuida da área dos setores de entregas prioritárias, incluindo o Projeto Redenção, Reencontro e todo o acompanhamento da Prefeitura. São projetos estratégicos que a Prefeitura tem desenvolvido junto à Secretaria de Saúde e Assistência Social. O nosso sentimento de solidariedade por esses relatos.

Mantenho um contato mais assíduo com a Rose, ela tem meu celular, desde o começo do ano a gente tem recebido vídeos e relatos com relação a essa região.

Primeiro, expresso o nosso sentimento pelos relatos que foram trazidos.

Em segundo lugar, o projeto de lei em discussão nasceu de uma área técnica que conseguiu, através de critérios, identificar os pontos de maior intensidade desse fluxo. A Fazenda fez o trabalho de identificação de imóveis e levantamento de valores.

O resultado do estudo foi enviado para cá, para seguir o processo legislativo. Os Vereadores da Câmara de São Paulo têm atuado de forma presente e muito firme, dando respaldo em parceria com a Prefeitura, com o Prefeito, em várias ações.

O processo de audiência pública serve exatamente para isso, é um processo para ouvir a sociedade civil, as pessoas que moram no entorno e trabalham ali, para trazer contribuições ao Poder Executivo, a fim de avaliar junto aos Vereadores sobre os impactos e como que a gente pode aprimorar.

É natural que tragam e sejam protocolados na Câmara, no Poder Executivo, junto aos Vereadores através de emendas, para que a gente possa fazer essa análise junto aos órgãos

técnicos da Prefeitura.

É um caminho que faz parte do processo legislativo. Esta é a primeira audiência, teremos outras, junto com o Vereador Riva é nosso Líder do Governo.

É preciso deixar claro que obviamente esse projeto é um ato. O Prefeito Ricardo Nunes tem falado que é um ato de solidariedade a quem a gente entende vive com maior intensidade o sofrimento em relação ao fluxo.

O projeto não é a única ação da Prefeitura, nem do Estado de São Paulo, são várias ações, inclusive, muitas dentro desta Casa, com os Vereadores.

A gente traz aqui o PIU Central que é um projeto urbanístico de incentivo, que tem como meta trazer mais de 200 mil pessoas para habitar o Centro de São Paulo. O projeto Requalifica Centro equalizou a ação da requalificação como foi bem trazido aqui. O projeto de *retrofit* tem um custo às vezes até maior do que um projeto novo em um terreno vazio.

A Câmara e os Vereadores tiveram essa sensibilidade e aprovaram o projeto que o Prefeito sancionou. Temos mais de 40 projetos de *retrofit* em análise na Secretaria de Licenciamento e Urbanismo. O próprio Prefeito esteve presente na primeira entrega na Bento Freitas. Temos acompanhado vários projetos, mostrando que a lei votada nesta Casa teve efetividade.

Esses dois projetos, mais o IPTU da região da cracolândia, que é esse gesto de solidariedade, a Lei do Triângulo que está ampliando pelo quadrilátero, visando um incentivo fiscal para que a gente tenha mais atividades na região central.

Novos projetos de lei virão para a Câmara. A questão da Operação Delegada que está sendo estudada junto ao Estado, nós dobramos o efetivo da operação só no Centro de São Paulo. Tem uma dificuldade no horário noturno, vai ser criada uma forma de remuneração no período noturno.

O POT – Programa de Operação de Trabalho, que deve vir ainda, é o aprimoramento desse programa da Prefeitura que qualifica e dá emprego para essas pessoas que estão em maior vulnerabilidade.

Além dessas ações em parceria com a Câmara dos Vereadores, a zeladoria foi intensificada com o Projeto Centro Limpo, que é a coleta 24 horas, o aumento da varrição, a iluminação com 180 novos pontos de iluminação, além da troca dos atuais por iluminação mais forte.

A gente falou da segurança, o Smart Sampa, é o projeto de câmeras que o Prefeito conseguiu assinar há 15 ou 20 dias. Nós temos 20 mil câmeras na cidade. Só na região central serão três mil, que vai contar com uma central de monitoramento no prédio dos Correios, no Anhangabaú. O monitoramento vai ser São Paulo 24 horas.

A Operação Delegada, com mais de 1.200 homens, tem uma governança hoje na Prefeitura. Trata-se de um Coronel que só cuida da Operação Delegada, junto ao Governo do Estado, é uma parceria importante do Prefeito Ricardo Nunes e do Governador Tarcísio de Freitas. São mil novos GCMs que o Prefeito trouxe; desses mil, 400 só na região central.

Ressalto o aprimoramento, a intensificação do combate ao tráfico, por atuação da Polícia Civil e da Polícia Militar. Esse é o comprometimento do Governo do Estado.

No âmbito social houve aumento de ações de acolhida, por meio do Projeto Ampara tem melhorado o acolhimento. Há os hotéis sociais, as vilas de reencontro, os CAEs que são os Centro de Acolhidas Especiais, inclusive, nesta semana deve ser inaugurado mais um em Taipas. Há Centros de Acolhida sendo reestruturados, visando a parte do acolhimento.

Quanto ao tratamento de saúde, o *hub* novo do estado no Centro. Os equipamentos da própria Prefeitura para que tenhamos o aumento no tratamento das pessoas viciadas. Tratamento de saúde para quem sofre com a droga e aumento do combate ao tráfico pela polícia.

O POT é um programa que oferece qualificação para que as pessoas possam sair dessa situação. Há programas habitacionais o Pode Entrar, podem entrar entidades, prédios no Centro sendo transformados e retrofitados. Há parcerias público privadas com o estado de São Paulo, para que tenhamos novas habitações. Ações de reurbanização como a executada no Anhangabaú, os calçadões do Centro sendo totalmente reestruturados. Ativações culturais, veio a sugestão de deslocar um pouco também para essas regiões, as próprias ruas abertas na São

João.

São várias ações. Esse projeto é uma ação específica, um gesto que o Prefeito está fazendo a essas pessoas que sofrem com maior intensidade, mas a solução está em inúmeras ações que a Prefeitura e o Governo do estado de São Paulo têm tomado.

Apenas estou retratando alguns pontos que a Prefeitura tem realizado. O Prefeito Ricardo Nunes não vai medir esforços para enfrentar o problema. É por isso que a equipe inteira da Prefeitura está presente para escutar os relatos e trazer as contribuições, tentando aprimorar, naquilo que for possível, o projeto de lei. Mas o enfrentamento, a presença da Prefeitura, do Poder Público, é importante para que tenhamos esses relatos e, junto com os Vereadores, trabalhar cada vez mais no sentido de melhorar a cidade de São Paulo, principalmente, no Centro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Secretário Fabricio Cobra.  
Vereadora Silvia.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Bom dia, boa tarde já, para todas as pessoas que compareceram à audiência. Foi muito bom escutar os relatos. Também conversei com alguns moradores que conheço, que moram na região chamada cracolândia e vi algumas entrevistas que apareceram na mídia.

Eu acho que tem um sentimento expresso por algumas pessoas, senti isso também com quem conversei, de que as pessoas preferem continuar pagando o IPTU, mas ter uma solução de moradia, trabalho e vivência mais saudável na região chamada cracolândia.

O que está sendo proposto é uma medida paliativa. Há medidas paliativas aplicadas no sentido de que a pessoa se recupere, mas há outras que permitem que a pessoa morra de forma mais digna, pegando aqui a questão da Medicina.

Eu quero debater aqui não é a medida em si, não sou contra que haja isenção de impostos. Acho que tem de ter realmente alteração do raio para que não haja injustiça na questão da isenção de impostos, porém, uma isenção de impostos, por dois anos, em que as medidas

para atacar a raiz do problema não sejam tomadas com eficiência não vai alterar o quadro, ou seja, o quadro do paciente vai se agravar.

Daqui a dois anos, provavelmente, os comerciantes estarão em situação pior, e os moradores já vendendo seus apartamentos a preço de banana, indo embora da região.

Quem é que vai ganhar com isso? Existe sim especulação imobiliária naquela região. Por que o fluxo não pode voltar para o lado de lá da Duque de Caxias? Por quê? Eu me pergunto.

Quero dar um depoimento de que morei na região da cracolândia de 2014 a 2018, exatamente na esquina da Rio Branco com a Duque de Caxias. Peguei dois processos: o do Programa de Braços Abertos em que a gente abria a porta do prédio, o pessoal dependente químico estava com o uniforme da Prefeitura, fazendo a zeladoria, varrendo as ruas, o fluxo estava do lado de lá.

Depois, eu peguei o desmantelamento do Programa de Braços Abertos, que foi exatamente, em 2017, quando entrou o Doria, que disse que acabaria com a cracolândia. Aliás, todos os prefeitos depois falam que vão acabar com a cracolândia, mas o problema só aumenta. Apenas neste ano, de janeiro a julho, o fluxo cresceu 27%. Está em 1.200 pessoas.

É preciso atentar-se no sentido de que as medidas tomadas não estão diminuindo o consumo do *crack*. Não estão tirando pessoas dessa situação. Quero fazer um debate científico, não ideológico. Não se trata falar de que em tal gestão era melhor e em outra foi pior.

Trata-se de analisar quais os programas que deram mais certo e quais os que dão mais errado? Quais os programas que diminuíram a criminalidade na região?

No primeiro ano de implementação do Programa de Braços Abertos a criminalidade diminuiu 80% na região. Eu morei lá, fazia compra na Santa Ifigênia, participava da feira da Santa Ifigênia, só mudei de lá porque me separei, não tem a ver com a questão da cracolândia. Quando eu morava lá, a situação dramática de hoje não existia. Piorou demais.

O que está fazendo piorar a situação? As operações policiais que dispersam de forma violenta os usuários para vários lugares está surtindo efeito? O Programa de Redução de Danos foi feito por especialistas, baseado em ciência, qualificado para tratar do consumo de *crack*,

porque diminui o consumo.

No Programa de Braços Abertos, de cada três dependentes químicos, dois diminuíram o consumo da droga. Não é isso que nós queremos? Não queremos que diminua o consumo do *crack*? Diminuição do consumo do *crack* e inserção dessas pessoas em trabalho, porque também foi possível inseri-las em trabalho, em atividades artísticas, culturais, para que as pessoas diminuam o consumo e dar uma perspectiva de vida para elas, de forma que possam sair daquilo. Nós temos que crer ser possível sair do vício.

Para tanto, a política tem de ser correta que, na visão dos especialistas, é a de redução de danos. Há muito estigma, preconceito, as pessoas falam que era bolsa *crack*, porque dormiam em hotéis sociais e recebiam um valor para fazer o trabalho de zeladoria, com as hortas, nas oficinas, mas deu resultados positivos. Por que o programa foi descartado pela Prefeitura? Por que as medidas de agora não estão dando certo, tanto é que o fluxo está aumentando?

A gente quer problematizar a questão, não ficar apenas no aspecto da isenção de impostos. A gente quer que o problema seja solucionado, de forma que tanto os usuários quanto os moradores e comerciantes possam ter uma vida melhor na região.

Eu tenho amigos e parentes que moram lá. Nós queremos o bem comum. O que está sendo feito, nós temos que concordar, que os dados postos pela Secretaria de Segurança Pública e pela Secretaria de Saúde mostram que não está funcionando.

A gente quer problematizar a questão, não quer que seja só um projeto que trata apenas de isenção fiscal, porque é um problema de saúde pública, social, de segurança que não pode ter uma resposta simplesmente de isenção fiscal.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Silvia.

Passo a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Boa tarde a todos. Nos últimos 30 anos, a Karen esteve aqui, inclusive, falou a esse respeito, e em entrevistas que temos acompanhado, são 30 anos com esse problema, portanto houve várias iniciativas implementadas por diversas gestões

estaduais e municipais para tentar resolver.

Nós podemos dizer que diversas medidas vêm sendo tomadas por parte do Prefeito Ricardo Nunes, juntamente com o Governador. Tenho informações de que mil vagas, através do Programa Redenção, inclusive, o Secretário Fabricio Cobra mencionou, foram destinadas a dependentes da cracolândia.

Não somente isso, nós temos diversas medidas em andamento, como a contratação de profissionais especializados em dependência química, ampliação de oferta de vagas em comunidades terapêuticas, projetos voltados para assistência social e habitação, implementação da justiça terapêutica em casos específicos ao invés de prender, ofertar tratamento da dependência química, medidas para o policiamento da região, com ampliação do efetivo da Guarda Municipal, inclusive, no total a região conta com mais de 1.200 agentes da GCM, que realizam patrulhamento por meio de rondas periódicas, 24h, por dia. Desses, 240 atuam no território da Nova Luz e adjacências.

A Prefeitura entregou, no dia 4 de abril, 116 novas motos para inspetoria de ações com motocicletas para lamo – Inspetoria de Ações Motorizada, da GCM, ampliou a Operação Delegada que prevê o emprego de policiais militares em jornadas extras de trabalho, com o objetivo de combater o comércio irregular e ilegal da capital. A SMSU dobrou em janeiro o número de vagas para agentes de, 1.200 para 1.400, vagas/dia, em toda cidade, cuja adesão é voluntária. Dessas mais de 1.600 foram abertas exclusivamente para a região central.

A Secretaria também dobrou o número de vagas da diária da atividade complementar do DAC, de 750 para 1.500 agentes.

Nós, do Executivo e do Legislativo, estamos lutando, juntamente, com todos vocês, razão pela qual estamos nesta audiência pública, para juntos encontrarmos solução, uma saída.

Não tenho vergonha de dizer que fui viciado por 14 anos, fui drogado dos 14 aos 28 anos. Hoje, graças a Deus, estou com 62 anos. Quando eu compreendi que aquilo me fazia mal, quando tive entendimento de que aquilo era ruim para mim, para a minha família, para o que eu fazia. Quando a minha fé foi despertada com relação a isso, quando eu tive consciência disso



então sim eu busquei ajuda.

Estamos lutando, o Prefeito Ricardo Nunes está lutando, os Vereadores estão lutando, vocês estão lutando. Temos a certeza de que juntos vamos encontrar solução.

Muito obrigado. Boa tarde a todos. Vamos em frente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Sansão. Parabéns pela sua vitória.

Passo a Presidência ao Vereador Fabio Riva para que eu possa fazer uso da Tribuna.

- Assume a Presidência o Sr. Fabio Riva.

**O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva)** – Muito obrigado. Com a palavra o Vereador Rubinho Nunes.

**O SR. RUBINHO NUNES** – Boa tarde a todos. Antes de mais nada quero agradecer a cada um dos senhores pelas contribuições e manifestações.

Quero dizer, de início, que fui tomando nota das dores de cada um. São diversas as ruas e as áreas. Pedi que minha assessoria entrasse em contato com os senhores para que a gente pudesse solicitar ao Executivo a expansão do eixo. Concordo que apenas uma rua ou outra, apesar de necessário, não é apenas o adequado. Sei que toda região da Santa Ifigênia é impactada por isso, na realidade, todo Centro de São Paulo é impactado.

Ninguém quer falar, mas, a grande realidade, é que o Centro de São Paulo, hoje, está uma grande porcaria. Está um lugar nojento de se andar, a porta da casa dos senhores tem se tornado um verdadeiro lixão.

Não é confortável para que você vá lá para comprar um produto ou mesmo para residir. Você quer descansar e tem um usuário de drogas esfaqueando uma outra pessoa na porta da sua casa. Quem consegue descansar e dormir, colocar a cabeça no travesseiro com tranquilidade num ambiente como este.

Fico feliz, porque quando a gente para analisar historicamente o assunto da cracolândia concluímos que ele é debatido sempre em anos pares, que são os anos de eleição.

Se pegarmos os anos de 2016, 2018, 2020, 2022, futuramente 2024, pela primeira

vez eu vejo o Executivo debatendo o assunto em ano ímpar. É um sinal que quer efetivamente tomar uma medida para solucionar o problema. Vejo o Governador Tarcísio de Freitas, no primeiro ano de mandato, tomando medidas para solucionar o problema. Mas é um problema que se arrasta há anos, não vai ser solucionado da noite para o dia.

Concordo com o que o Sr. Irving disse. Efetivamente, tirar o imposto não vai solucionar o problema. Também não vai resolver. Só que atrai responsabilidade para o Executivo e foi isso que o Secretário Fabricio Cobra está fazendo neste exato momento, atraindo a responsabilidade para o Executivo porque ele tem obrigação fiscal de tributar os senhores. A partir do momento que ele se desonera da obrigação de tributar, atrai para o Executivo a responsabilidade de solucionar o problema, para voltar a tributar.

Aqui entre nós, não pagar o IPTU é o mínimo do mínimo que os senhores merecem por empreender ou residir numa região como a cracolândia. (Palmas)

- Manifestação do público.

**O SR. RUBINHO NUNES** – Nenhum Governo fez isso.

Justamente, permita discordar da Vereadora Sílvia, o Programa Braços Abertos é o grande responsável pelo crescimento da região da cracolândia. (Palmas) Quando a gente para para analisar, é justamente quando você dá dinheiro para usuário, efetivamente, você acalma o fluxo, você está alimentando não o vício do usuário, está alimentando traficante com dinheiro público. Era isso que era feito no Programa Braços Abertos. (Palmas)

O número de usuários de drogas que a Vereadora Sílvia disse que era 1.200, eu concordo, é 1.200, só que era quatro mil por conta do programa do Sr. Fernando Haddad. (Palmas) que abastecia o tráfico de drogas com dinheiro público e ao mesmo tempo rifava a segurança de cada um dos senhores. Rifava o empreendimento de cada um dos senhores para estabelecer uma verdadeira farra a céu aberto que se tornou a cracolândia no Centro de São Paulo e que nós temos que tomar medidas reais para acabar.

Esse é o primeiro passo que vem sendo tomado pelo Executivo e colocar em conjunto a Secretaria de Segurança, é o segundo passo. Só que, infelizmente, hoje a GCM atua como

segurança de drogado. É isso que acontece. Eles fazem segurança para traficante passar droga para usuário e aquela pessoa que está na droga só tem um destino - o sujeito que está no *crack*, exceto se houver um milagre na vida dele - o destino é a vala. Essa pessoa vai para o caixão. Ele não tem liberdade. Ele não tem liberdade para viver, não tem liberdade de escolha, porque ele é refém da droga, refém do tráfico e o dinheiro público custeia isso. Já passou da hora de ter internação compulsória para cada um dos usuários. (Palmas)

Em conversa com o Prefeito Ricardo Nunes, essa é a medida que o Prefeito defende. O Prefeito Ricardo Nunes defende a internação compulsória e a gente analisa os médicos para que haja internação - é preciso que os senhores saibam disso - é necessário que o médico do serviço público dê um laudo determinando a internação compulsória. Metade dos médicos já não querem dar, por uma questão ideológica. Eles acham que política de contenção de danos é melhor. O que, efetivamente, não é. Porque é uma política simplesmente de custeio de farra, não é de redução de danos. Na verdade, é custeio de vagabundo para usar drogas. É isso que acontece, porque são pessoas que vão dar seringa para usuário de droga, vão dar cachimbo para usuário de *crack*, depois é comercializado para comprar outra pedra de *crack*. Isso quando o cachimbo que foi dado não é utilizado para esfaquear um trabalhador que está naquela região. (Palmas)

O que nós precisamos, efetivamente, são de medidas reais. É da população como os senhores agindo em conjunto, porque hoje a zeladoria da cidade São Paulo acaba atuando como faxineiro de usuário de droga. Eles vão lá, fazem a faxina, o sujeito volta, se instala novamente no local e nada é feito. A outra metade dos médicos que querem dar laudo para internação compulsória dá um laudo para internação compulsória, o que acontece? A Defensoria Pública ou o MP chama o sujeito para ficar prestando depoimento de três horas sobre o atestado médico que ele deu, porque simplesmente são instituições do Judiciário que estão enviesadas e não permitem que sejam adotadas medidas reais de contenção ao uso de drogas. O Sr. Alexandre de Moraes dando uma decisão que não permite você fazer recolhimento da barraca do sujeito que está na rua, simplesmente você não tem mais por onde agir. A Defensoria Pública

achacando o médico porque está dando um laudo médico. Esse é o diagnóstico que a gente tem dentro do Judiciário da cidade de São Paulo. É contra isso que nós temos que combater diariamente e é dentro disso que fazemos um verdadeiro malabarismo para criar medidas reais, para combater a situação da cracolândia. Porque é exatamente isso que acontece. Se não for lá e acabar com aquele local, prender traficantes de drogas, internar compulsoriamente o usuário, nós vamos manter centenas de milhares de pessoas reféns de dois mil vagabundos que estão diariamente prejudicando o comércio e prejudicando a vida de cada um dos senhores. Isso não podemos permitir de maneira alguma. (Palmas)

Por fim, eu quero deixar muito claro que por mais que muitas pessoas tentem tratar o usuário como vítima, na realidade as únicas vítimas são os senhores que estão aqui. Vítimas do Poder Público e de políticas ineficazes como o programa Braços Abertos, que manteve os senhores reféns dos usuários de drogas.

Muito obrigado a todos. Uma ótima tarde. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva)** – Muito obrigado, Sr. Presidente Rubinho Nunes.

Devolvo a presidência a V.Exa.

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Passo a palavra ao Vereador Fabio Riva.

**O SR. FABIO RIVA** – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu não ia me pronunciar, mas não dá para ficar calado. Queria parabenizar vocês, que têm essa coragem de vir aqui, e um pouco do que o vereador Rubinho Nunes acabou de expressar é o sentimento de cada um de vocês. É um sentimento daquele que não pode sair da sua casa, daquele que não pode abrir o seu comércio, daquele que não pode transitar no bairro onde construiu, não só sua fonte de renda, mas a da sua família. E vocês veem o que é a Câmara Municipal. É a Casa do Povo, hoje, representada por vocês. Muitas vezes, nós recebemos só grupos ideológicos que vêm aqui, enchem a galeria para defender um posicionamento, mas o cidadão de bem, poucas vezes vêm aqui e vocês estão representando mais de 450 mil moradores da região e estão vindo aqui.

Hoje, a nossa palavra de ordem e a palavra de ordem do prefeito Ricardo Nunes,

dessa equipe do Governo e da Câmara Municipal de São Paulo, representada pelos vereadores Sansão Pereira, Rubinho Nunes, por mim e por outros tantos vereadores, a palavra aqui é determinação para acabar com a cracolândia. É determinação, não é “a”, não é “b”. Vamos cuidar de quem precisa. Vamos cuidar, dar toda assistência na saúde, vamos cuidar e ajudar com a polícia para prender traficantes. Vamos requalificar o bairro, mas tem que ter determinação. A gente precisa e vocês precisam vir aqui fazer esse bom combate conosco. Há uma minoria que fala e grita e só quer discurso, mas não tem coragem de vir aqui como vocês estão fazendo. Isso nós precisamos combater.

Nós temos o Judiciário, muitas vezes, que é contra as ações da Prefeitura. Olha a decisão do Supremo Tribunal Federal, olha as ações das nossas equipes de saúde, olha as ações das nossas equipes de segurança urbana, das ações de assistência social. Todos os dias, incansavelmente, nós temos o monitoramento diário do fluxo. Diário. Cuidado com a pessoa humana, sem dúvida nenhuma. São seres humanos, merecem todo o nosso respeito, nosso cuidado e nossa atenção. Isso a Prefeitura tem feito todos os dias. Vocês são testemunhas disso. A Guarda Civil Metropolitana, a Polícia Civil e Polícia Militar todos os dias fazendo pressão para prender traficantes, mas quando você faz uma abordagem em um morador ou uma pessoa que está em situação de drogadição é a primeira manchete na imprensa.

E, quando vocês não têm o faturamento no final do mês, têm dificuldade de pagar o seu empregado, o seu colaborador - agora é colaborador, que é acertadamente - têm dificuldade de levar para dentro da sua casa o que é mais sagrado, que é o alimento, não é manchete. Não é manchete. E aí o Prefeito Ricardo Nunes tem a coragem – posso discordar ou não - mas teve a coragem, pela primeira vez, de encaminhar um projeto para conceder um benefício no momento de dificuldade, de atender uma questão nevrálgica e trazer para o Executivo. É uma responsabilidade grande, porque nós estamos fazendo uma desoneração do pagamento de impostos, uma renúncia fiscal. Nós temos, sim, a determinação de acabar com essa situação, devolver o Centro para a cidade de São Paulo, como sempre foi. Isso não vamos fazer sozinhos, precisamos de vocês. De vocês que estão aqui hoje, para que possamos, dentro da Câmara

Municipal, fazer o bom combate. Discutir as ideias e as ideologias e saber quem é que está de um lado e quem está do outro. Eu estou do lado de quem trabalha, de quem quer sustentar sua família, que pensa no Centro. Estou do lado daquele que precisa de atenção. Mas atenção e cuidar de um problema complexo na cidade São Paulo, que é cracolândia. Como minha avó sempre dizia: é como educar um filho. É amor e disciplina. É isso que nós precisamos. Amor e disciplina. E quando você trata as pessoas com amor e disciplina, você cria um cidadão de bem. Nós precisamos resgatar isso nas pessoas. Resgatar o princípio da coletividade, não da individualidade. Todo mundo aqui pensa nisso. Então fico muito feliz.

Estamos inaugurando, Secretário Fabricio Cobra, em seu nome agradecer a Kiki, o Ortega, Thiago - falo com ele toda semana – competente, está lá há bastante tempo, os Vereadores Rubinho, Sansão, cada um com o seu ponto de vista. Sansão deu um depoimento pessoal dele. Isso vale muito. Pesa muito, Sansão, quando a gente vai ter ações, principalmente com as pessoas que estão afetadas pela droga. E assim, a Câmara é a Casa do Povo. É assim que nós queremos fazer. Um Governo sério é aquele que ouve as pessoas. Um Governo sério é aquele que está ao lado da maioria. É isso que nós vamos fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado Vereador Fabio Riva.

Não havendo mais inscritos, antes de encerrar, gostaria de fazer um convite a todos. Informá-los de que na semana passada, de minha autoria, foi aprovado na Câmara a Frente Parlamentar de Defesa da Santa Ifigênia. Estou aguardando as indicações, a composição. Gostaria, desde já, de convidar todos a comparecerem na sessão de instalação e participação dessa Frente Parlamentar, que dentre outros temas, busca efetivamente combater a cracolândia em toda região.

Muito obrigado a todos. Tenham, todos, uma ótima tarde.

Estão encerramos nossos trabalhos.